

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA  
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

PINTO, Antônio Costa . Antônio Costa Pinto I (depoimento, 2010). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 35min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Antônio Costa Pinto I  
(depoimento, 2010)**

Rio de Janeiro

2020

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** História de vida

**Entrevistador(es):** Angela Maria de Castro Gomes; Celso Castro; Helena Maria Bousquet Bomeny;

**Técnico de gravação:** Arbel Griner; Bernardo de Paola Bortolotti Faria;

**Local:** Lisboa - PT - Portugal;

**Data:** 14/12/2010 a 14/12/2010

**Duração:** 2h 35min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida”, com financiamento do Programa de Cooperação em matéria de Ciências Sociais para os países da comunidade de Língua Portuguesa (Programa Ciências Sociais CPLP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A escolha do entrevistado se justifica por sua atuação como pesquisador e professor de política e história europeia contemporânea no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professor convidado no ISCTE.

**Temas:** Abertura política; África; Anos 1970; Antropologia; Atividade acadêmica; Atividade profissional; Brasil; Ciência política; Ciências Sociais; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Democracia; Descolonização; Direito; Ditadura; Elites; Elites políticas; Ensino médio; Esquerda; Estado e sociedade; Europa; Europeização; Família; História; História de vida; Identidade; Instituições acadêmicas; Intelectuais; Itália; Língua portuguesa; Memória nacional; Militância política; Movimento estudantil; Multiculturalismo; Obras de referência; Participação política; Portugal; Regime militar; Revolução dos Cravos (1974); Serviço militar; Sociologia; União Europeia;

## *Sumário*

Entrevista: 14.12.2010 Origens; família; origens sociais; impressões sobre a sociedade rural portuguesa; os estudos no Liceu Pedro Nunes; a escolha pelo Direito; politização e ingresso na militância; a extrema-esquerda e o movimento estudantil em Portugal; a influência do tio; o impacto de maio de 68; a escolha pelas Ciências Sociais via História; o impacto da transição democrática; o serviço militar; afastamento do ativismo político; a ida para a História; Adérito Sedas Nunes; o ambiente acadêmico da História nos anos 70; afastamentos e reestruturação do curso de História; a ida para o Iscte (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) como assistente estagiário; preocupações intelectuais; As origens sociais da ditadura e da democracia, Barrington Moore; o doutorado; Instituto Universitário Europeu; Philippe Schmitter; Stuart Woolf; os cientistas sociais e as elites em Portugal e Brasil; o terceiro ano na Universidade de Stanford; o Estado Novo português; a intelectualidade portuguesa e a ditadura; o ambiente fechado e os reflexos sobre as ciências sociais portuguesas; o processo de europeização; uma comparação entre Itália e Portugal; o Instituto Universitário Europeu e a Universidade de Stanford; o modelo do Instituto Universitário Europeu; Steven Lukes; a experiência em Stanford; a multiculturalidade; a adesão de Portugal à União Européia; a Ciência Política em Portugal; origens; o tardio desenvolvimento; Adriano Moreira; a Sociologia em Portugal; a Ciência Política e a Antropologia em Portugal; o núcleo fundador; a institucionalização da Ciência Política; a matriz da Antropologia em Portugal; o pós-25 de abril; José Cutileiro; uma nova geração; a relação Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa- ICS – ISCTE; Adérito Sedas Nunes; influências, características e diferenças; as duas instituições atualmente; as Ciências Sociais em Portugal; dois pólos de investigação: Lisboa e Coimbra; internacionalização; a Universidade do Porto; elites política e universitária em Portugal; atividades extra-acadêmicas; a participação de cientistas sociais na esfera pública; interesses; a busca pela memória em Portugal; países de língua portuguesa; a relação entre a ditadura e a democracia em Portugal; transição e descolonização; identidade entre o mundo de língua portuguesa; aproximações nas Ciências Sociais; a relação pessoal com os países de língua portuguesa; os contatos com o Brasil; as relações entre Portugal e África nas Ciências Sociais; as Ciências Sociais hoje e obras marcantes; problemas e constatações; As origens sociais da ditadura e da democracia, Barrington Moore; Theda Skocpol; Transitions from authoritarian rule.

*Entrevista:* 14 de dezembro de 2010

C.C. – Bom, António, gostaríamos de ouvi-lo, no início, um pouco sobre o seu nascimento, a família, sua escolaridade pré-universitária.

A.P. – Muito bem. Eu nasci em Lisboa, filho de uma família típica classe média urbana lisboeta, porque o meu pai era advogado; a minha mãe, doméstica. O meu pai provinha de uma família de tradições republicanas. Portugal foi muito marcado pela experiência da Primeira República, entre 1910 e 1926. Meu avô era um pequeno industrial republicano, de uma das alas do partido dominante da Primeira República, que foi preso a seguir ao golpe de Estado militar de 28 de maio de 1926. Era um pequeno industrial típico, tinha vários interesses em Lisboa, tinha polos de sociabilidade em lojas que possuía, como, nomeadamente, barbearias etc., que eram polos de sociabilidade política urbana no início do século XX em Portugal. Meu pai herdou essa tradição: era o típico advogado... Em primeiro lugar, era advogado porque não podia ter acesso à magistratura, visto que ao longo do Estado Novo era preciso informação policial e ele não pôde ser juiz porque a informação policial dada fez com que ele não pudesse ser funcionário público. E, portanto, pertencia à típica classe média urbana de advogados de Lisboa – uma parte, **connotados ou** chamada oposição democrática ao salazarismo. De tradições republicanas. Eu fui educado um pouco nessa transição... e nessa tradição, peço desculpa. No entanto, nos anos 1960, quer por causa do regime político, quer pela própria estrutura da sociedade portuguesa, quando eu chego ao liceu, a tradição ainda é muito elitista e eu estudo em um liceu antigo, o Liceu Pedro Nunes, de tradição republicana, na medida em que ir para um liceu dependia do sítio onde se morava, e eu morava num sítio de classe média alta e, portanto, a maior parte dos meus colegas de liceu, nessa turma que iria para direito, era, no fundamental, gente filha de ministros da ditadura e professores universitários, na maior parte dos casos. E foi um pouco no liceu que eu assumi alguma politização antiditadura, que foi um ponto importante, creio eu, na minha... mais tarde, na fase inicial da minha entrada nas ciências sociais. Mas é este, no fundamental, o meu *background* social.

C.C. – E a sua família materna?

A.P. – A minha família materna tinha uma outra... Socialmente, era muito próxima, mas a minha mãe era católica, para não dizer até vagamente beata. E essa **conciliação** era muito habitual nas famílias da classe média de Lisboa. Muito embora ela acompanhasse, estava sempre assustada com alguma coisa que poderia acontecer ao meu pai e era, no fundamental... e era católica e, portanto, bastante mais conservadora, digamos assim, sob o ponto de vista político, do que meu pai. Mas o *background* social da família da minha mãe é fundamentalmente o mesmo, ou seja, estamos a falar, no fundo, de uma pequena burguesia urbana associada à propriedade cujos filhos avançam para a classe média alta, ligados a profissões liberais, basicamente.

H.B. – Quer dizer, o meio rural esteve distante dessa socialização?

A.P. – O meio rural é o meio de onde vem o meu avô. O meu avô vem da Beira, justamente... Este avô republicano vem da Beira, exatamente entre, como **ele** costumava dizer, entre Salazar e Marcello Caetano, ou seja, na zona de Argemil, entre Santa Comba Dão, onde nasceu Salazar, e a zona de Argemil, onde nasceu seu sucessor, Marcello Caetano, o último dirigente político da ditadura, que, aliás, vai exilar-se no Brasil e vai morrer no Brasil, em 1980, já depois da transição democrática em Portugal. E, de fato, toda a minha juventude é feita passando as férias nesse ambiente de ruralidade, visto que meus pais tinham uma casa na Beira. E, portanto, eu conheci a sociedade rural portuguesa. E ao contrário de muitos colegas meus, eu verdadeiramente detestei-a. Não pela imagem positiva que tenho dela, sob o ponto de vista da minha sociabilidade de juventude, mas pelo mundo de deferência perante os senhores. Meu pai era um advogado da oposição, mas, no entanto, toda a gente lhe tirava o chapéu – ainda no início dos anos 1960 – à saída da missa. Ou seja, o ambiente aldeão rural do centro-norte do país, eu o conheci relativamente bem: é um ambiente só aparentemente comunitário. Aliás, isso fez com que... Para vos dar um exemplo, a marca foi tão forte que quando, nos anos 1970 e 1980, na antropologia social está na moda os estudos sobre a sociedade rural, eu tive uma grande reação político-ideológica a esse mundo, que vi desaparecer com bastante otimismo.

H.B. – Quer dizer, você já via como contraste, mesmo?

A.P. – Porque era o mundo **dos contrastes**, o mundo do enquadramento tradicional e conservador pela Igreja Católica; um mundo de onde começa a sair uma parte muito significativa, para a minha geração, da imigração portuguesa, mais para a Europa, já nos anos 1960. Os milhares de portugueses que vão para a França nascem, no fundamental, desse centro-norte do país. E, fundamentalmente, é esse mundo de grande controle social que é, de fato, a sociedade rural, muito hierarquizada e conhecendo também os restos do que eram, no fundo, não os senhores da terra do sul de Portugal, mas, digamos, aquela... alguma aristocracia empobrecida do centro-norte, consular, já vagamente arruinados e que constituíam, apesar de meu pai ser e vir de uma tradição republicana, muitos outros membros da elite. Porque a elite, no fundamental, socializava, independentemente de eventuais clivagens político-ideológicas. Mas a marca da sociedade rural, como um miúdo que vinha de Lisboa passar as férias, foi, simultaneamente, excelente, na minha juventude, mas sem qualquer admiração, antes pelo contrário. Era aquele Portugal rural, analfabeto, triste e dependente que muito me marcou, digamos assim, quando eu era mais...

C.C. – Eram quantos irmãos?

A.P. – Eu tenho apenas uma irmã.

A.G. – E quando você nasceu? Você nasceu em Lisboa...

A.P. – Eu nasci em Lisboa, em 1953.

A.G. – E está entrando no liceu que você falou com mais ou menos quantos anos?

A.P. – Estou entrando no liceu em 1963 ou 1964. E tenho, aliás, uma experiência de socialização interessante, porque sendo meu pai alguém que provinha da oposição democrática, eu vou estudar inicialmente, no liceu, para um colégio da família, aliás, de um presidente da República, o dr. Mário Soares, que foi secretário-geral do Partido Socialista muitos anos e cujo pai era um ministro da Primeira República, um ex-padre que virou anticlerical – esta clivagem era muito importante em Portugal no início do século XX – e que abriu um colégio privado em Lisboa. E eu fui estudar para esse

colégio. Como não me andava a portar bem, meu pai enviou-me para um colégio católico, onde eu fiz, aliás, uma bela parte da minha socialização, no Alto Alentejo, em Portalegre, onde estive praticamente até meados do liceu. E só então voltei para Lisboa, para este Liceu Pedro Nunes. Mas foi, no fundamental, este liceu. A minha primeira marca, aliás, foi ainda na instrução primária. A minha primeira marca, digamos, de memória da sociedade portuguesa foi quando ainda estou na instrução primária aqui, também aqui neste bairro da Lapa, no centro de Lisboa, quando justamente a minha professora da instrução primária me disse: “Hoje é um dia muito triste para Portugal porque os terroristas atacaram Angola e massacraram muitos portugueses”. E a verdade: estávamos em 1961 e um dos movimentos de libertação de Angola realiza uma revolta no norte de Angola, uma revolta com muitos pressupostos religiosos e tradicionais, onde muitos colonos portugueses são efetivamente mortos à machadada no norte de Angola. Estávamos no início da Guerra Colonial. E eu cheguei à casa, disse isso ao meu pai e meu pai disse-me que a história não era bem essa, mas que, de fato...

H.B. – Era triste.

A.P. – ...de fato, a guerra tinha começado. Foi a minha primeira memória, digamos assim, dessa grande viragem que foi, nos anos 1960 em Portugal, o início das guerras coloniais e, num certo sentido, o fim do regime autoritário.

C.C. – Você mencionou que, no liceu já, você teve alguma mobilização, um engajamento, antes de...

A.P. – Certo.

C.C. – Como se dava isso?

A.P. – Eu entro no Liceu Pedro Nunes, portanto, numa turma... Os liceus, em Portugal, nessa altura, nos últimos dois anos, os estudantes já escolhiam, num certo sentido, qual era a área que queriam. E eu, evidentemente, meu pai era advogado e eu iria para direito, escolhi a linha de direito, ainda num modelo muito tradicional, clássico para os anos 1960. Teríamos, portanto, latim, dois anos de latim; teríamos dois anos de grego.

Portanto, um modelo um pouco clássico, do liceu clássico europeu, francês ou italiano, basicamente. O modelo era, no fundamental, o mesmo. E é justamente no Liceu Pedro Nunes, já em 1970, que eu começo por pertencer a um clube político – com filhos, aliás, de dirigentes políticos da ditadura, quase todos pertencentes também à elite universitária nessa altura, em Portugal –, um clube liberal, e mais tarde vou decidir para a oposição e vou, aliás, pertencer a um grupo político. Sou recrutado nessa altura por um grupo político de extrema esquerda, a União dos Estudantes Comunistas Marxistas-Leninistas. E, enfim, a minha célula é constituída quase toda por elementos estudantes da classe média deste bairro. E nesse Liceu Pedro Nunes, convém ter a ideia de que, para Portugal, a crise de 1969, de 1968 e 1969, e o impacto de Maio de 68 é muito significativo no movimento estudantil. Eu já provinha de uma família tradicional de oposição à ditadura e, portanto, a esta socialização que eu acho que é muito importante nas opções, muitas vezes, políticas. E é de fato da socialização muito jovem neste liceu que eu e mais sete ou oito, aliás, vamos iniciar a nossa socialização política, enquanto militantes.

H.B. – Isso era uma marca do liceu ou era um grupo...?

A.P. – Era uma marca do liceu, na medida em que o chamado Movimento Associativo de Estudantes do Ensino Secundário (Maeesl), que era um movimento semilegal associativo dos liceus portugueses, fundamentalmente em Lisboa, já tinha influências, no passado, do PCP. A extrema esquerda emerge, em Portugal, na segunda metade dos anos 1960, com uma cisão pequena a partir do Partido Comunista Português, e vão ser os restos dessa galáxia de organizações que dominam uma parte do movimento estudantil. E mesmo também, já nessa altura, o início também de algum trotskismo, que também já começa um pouco a dominar e a dar um panorama mais diverso a uma oposição no movimento estudantil que estava muito marcada ou pelo PCP ou, ainda, pelas velhas tradições republicanas. E na década de 1960, outras correntes de esquerda vão... Convém não esquecer também que a ditadura, em 1968, sofre uma fase inicial de liberalização. Aumenta o pluralismo limitado. Existem candidatos de oposição que... Já existiam desde 1945, mas que aproveitam o espaço eleitoral para denunciar o regime. O pluralismo limitado chega... Por exemplo, há a venda de obras de Lenin, por exemplo, nas cooperativas estudantis. Muito embora a minha socialização política inicial seja



feita por um tio, por um tio militar, do quadro, curiosamente, que fez todas as guerras coloniais e que me dá a primeira literatura marxista – aliás, brasileira –, desde Plekhanov até livros da Editorial Vitória, do Partido Comunista Brasileiro, e que chegavam a Portugal de formas mais ou menos ilegais nas livrarias. Ele é que me oferece os primeiros livros, digamos assim, curiosamente, marxistas, contra a influência do meu pai, que era pró-democrata, mas não queria nada com... proximidades com o mundo comunista ou com o mundo marxista.

C.C. – Mas esse seu tio era comunista? Ou não?

A.P. – O meu tio era, curiosamente, comunista. Era um militar comunista que mais tarde, a seguir à transição democrática, vai pertencer ao setor discretamente comunista no seio das Forças Armadas e que ainda vai dar treino ao MPLA na primeira guerra civil angolana, a seguir ao 25 de Abril e após, evidentemente, a independência de Angola. E este meu tio militar, curiosamente, é o homem que eu já situava na família como alguém mais à esquerda que meu pai e que me vai dar alguma literatura marxista com 16, 17 ou 18 anos.

C.C. – Agora, você mencionou o impacto de 1968 na sua formação...

A.P. – O impacto de 1968 é muito forte.

C.C. – Mas que tipo de impacto você sentiu?

A.P. – É muito forte porque marca, em primeiro lugar, marca um ambiente de muito maior abertura: muito maior abertura moral e muito maior abertura no sentido de um conjunto de direitos que estavam muito para além dos clássicos direitos das oposições democráticas a regimes ditatoriais, como era o caso do que nós vivíamos em Portugal, porque a sociedade portuguesa, a sociedade urbana também começa a ter um movimento de liberalização ao nível dos seus costumes. A igualdade homem e mulher, por exemplo, emerge na minha geração com uma marca muito forte, também, após o Maio de 68. E sobretudo, creio eu, pelo menos para uma parte da minha geração, o abandono dos dogmas clássicos das oposições tradicionais, neste caso de regimes

ditatoriais, seja, agora, pró-comunista ou os modelos soviéticos etc., que dominaram uma parte, inclusivamente, da geração anterior à minha. Eu já sou muito marcado...

H.B. – Você já percebia isso aos 15 anos?

A.P. – Aos, 15, 16, 17 anos

H.B. – Já havia um ambiente de...

A.P. – Já havia um ambiente. Um dos problemas que nós temos hoje, creio eu, ao explicar e até ao estudar o universo das ditaduras é que... Bem, felizmente, após a Guerra Fria, toda uma literatura e toda uma investigação empírica alterou significativamente essas visões. [Um dos problemas que nós temos hoje] é a ideia de que não circula a informação no mundo das ditaduras, que não existem famílias, que não existem laços de civilidade. O salazarismo era uma ditadura de direita muito elitista; claramente, com universos de repressão diferenciados. Eu não posso negar que, ao ser do movimento estudantil e, portanto, filho da classe média, que a repressão era mais ligeira, nos anos 1960, consoante o grupo social de onde se vinha. Ela era muito mais significativa, evidentemente, no movimento operário e nas áreas próximas do PCP e era mais ligeira... Não quer dizer que não existisse, mas era inegavelmente mais ligeira, fundamentalmente no final dos anos 1960, em certas áreas.

C.C. – António, nessa altura, no início dos anos 1970, que opções de carreira você vislumbrava? Seguir direito?

A.P. – Claro. Bem, a minha geração, sob o ponto de vista das ciências sociais, sob o ponto de vista da carreira, tem uma marca inicial politizada, na medida em que, em 1974, nós somos apanhados pela transição democrática. E a transição democrática, em Portugal, é uma transição por ruptura, é uma transição que começa baseada num golpe de Estado militar e que depois tem uma crise acentuada do Estado. Nós vínhamos – nós porque eu vinha da militância política... Passamos... E quando eu digo nós, estou a falar de um núcleo de dez ou doze amigos, colegas que hoje temos percursos muito diferenciados: um é professor na Universidade Católica, de Ciência Política, por

exemplo, e um dos expoentes mais importantes do pensamento neoconservador, por exemplo, em Portugal, é o grande... é um dos grandes... Ele chama-se João Carlos Espada. É um dos grandes introdutores, por exemplo, da escola neoconservadora norte-americana em Portugal. Portanto, os nossos percursos, evidentemente, variaram muito, quer sob o ponto de vista das ciências sociais, quer sob o ponto de vista da intervenção cívica. Mas a transição foi determinante. E no meu caso, ela é determinante por duas vias. Eu estava, portanto, a caminho de ser um estudante da Faculdade de Direito de Lisboa e interrompo para fazer o meu serviço militar. Nessa altura, era importante fazer o serviço militar porque estávamos em plena transição e era importante, sob o ponto de vista político, fazer o serviço militar porque os militares estavam no cerne da reforma agrária, das nacionalizações, no poder político, [inaudível] politização. Faço o serviço militar – que é extremamente curto, porque a maior parte da militância política de esquerda é, evidentemente, afastada das Forças Armadas após o restabelecimento, se quisermos, ou o início do processo de consolidação da democracia em Portugal. E é aí, verdadeiramente, que há duas dimensões que são importantes, creio eu, sob o ponto de vista daquilo que eu serei enquanto cientista social. A primeira foi ter assistido a um processo de crise do Estado, a um processo pré-revolucionário que marcou-me muito significativamente. Não apenas a militância política, porque isso... não, mas ter visto um processo de reforma agrária por ocupação popular, ter visto um processo de politização das Forças Armadas muito significativo, processos de ocupação urbana, ou seja, uma conjuntura de crise revolucionária, ter visto um Partido Comunista, nessa altura, muito pró-soviético – é muito superficial dizer que é pró-soviético, mas muito próximo ainda da ideia de construção de uma sociedade socialista – e observar como processos de transição a ditaduras do tipo socialista poderiam ser um fato e observar, digamos, como é que muito rapidamente estes tipos de processos, por exemplo, levaram a processos de transição a ditaduras socialistas, por exemplo, na maior parte da Europa Central e Oriental, após 1945, e outras dimensões que me marcaram muito significativamente. Portanto, a minha entrada nas ciências sociais, assim como a entrada de outros da minha geração, é uma entrada pós-ativismo político e, simultaneamente, de afastamento desse ativismo político e de integração na ordem da democracia consolidada em Portugal.

C.C. – Em que ano você entrou na Universidade de Lisboa?

A.P. – Eu inscrevo-me na Faculdade de Direito, mas como estava sempre, em 1974 e 1975... Os meus pais, aliás, não acharam a menor graça, mas, na realidade, eu não fiz nada. Estava no processo de transição democrática, enquanto ativista político, não... basicamente, vivendo às custas dos meus pais. E entro em dezembro de 1975, no auge da crise. No auge da crise, decido... A Cidade Universitária, em Portugal – em Lisboa, neste caso –, a Faculdade de Direito fica no lado esquerdo de quem sobe e a Faculdade de Letras fica no outro lado. Como não existia, nessa altura, ainda, curso de ciências sociais, não existia ciência política, por exemplo, eu vou para a Faculdade de Letras fazer história, que era o mais próximo das ciências sociais. Convém não esquecer que cursos como os de sociologia e ciência política não existiam formalmente em Portugal.

C.C. – Mas havia a disciplina, por exemplo, de sociologia, no...?

A.P. – Existiam disciplinas de sociologia, existia até já a instituição que deu origem, por exemplo, ao Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Mas como sociologia tinha uma marca constitutiva muito marxista nos anos 1960 – para, evidentemente, a elite da ditadura –, eles, evidentemente, diminuíram. Muito embora já existia a instituição onde eu hoje estou, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que era um pequeno grupo de estudos dirigidos por Adérito Sedas Nunes. Mas que era alguém que vinha do catolicismo corporativo, que foi progressivamente entrando nas ciências sociais e pertenceu a esse setor mais moderno que, no pluralismo limitado da ditadura, foi fazendo crescer este pequeno instituto. Mas era um grupo de estudos, um grupo de estudos que representa, sem sombra de dúvida, o início da sociologia moderna em Portugal. Aliás, a sociologia moderna em Portugal tem até uma matriz fundadora com base inclusivamente no catolicismo.

C.C. – Mas o Sedas Nunes, você chegou a ter aula com ele?

A.P. – Não, o Sedas Nunes, só mais tarde é que eu contato com o Adérito Sedas Nunes. Sedas Nunes pertencia... marca mais uma geração anterior à minha. Porque Adérito Sedas Nunes vai, tentando desenvolver o seu instituto, vai inclusivamente à França e contata com estudantes exilados que estão a fazer doutoramentos em Paris. Sedas Nunes era um excelente sociólogo, sob o ponto de vista teórico-metodológico, sem dúvida

nenhuma; tem uma produção relativamente pequena, faz alguma sociologia empírica que marca o início dos anos 1960 em Portugal. Mas eu só contato, digamos, com a escola de Sedas Nunes mais tarde. Ele marca uma geração, fundamentalmente, de sociólogos mais velha do que eu, que estão agora na segunda metade dos anos 1960. É o caso, por exemplo, do João Ferreira de Almeida; é o caso de outros que mais tarde vão para o Porto etc.

C.C. – Mas apesar de uma orientação do Sedas Nunes mais liberal-conservadora do que a que você participava, ele lidava bem com a esquerda...?

A.P. – Sim, sim. Sedas Nunes... Aliás, até por matriz, pelo fato de inicialmente ter sido casado com uma escritora muito próxima do Partido Comunista. Sedas Nunes vem, sem dúvida nenhuma, do catolicismo corporativo, que acredita que o regime vai ser um regime corporativo, curiosamente, nos anos 1950, e vai depois fazendo o seu percurso autônomo a caminho, no fundamental, das ciências sociais e do desenvolvimento das ciências sociais em Portugal. Vai ser ministro, a seguir ao 25 de Abril, mas isso por um curto espaço de tempo. E eu só contato com Sedas Nunes mais tarde, até porque inicio minha carreira universitária na escola que ele também fundou, que é o Iscte – nome Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa porque Ciências Sociais e Sociologia não era possível e, portanto, ficou Ciências do Trabalho.

H.B. – Era intencional.

A.P. – Era também completamente intencional. Percebendo-se que não seria possível...

C.C. – António...

A.P. – Mas qual é o impacto que ele tem, também? Este Iscte, que é hoje, evidentemente, uma instituição universitária de Lisboa, logo a seguir ao 25 de Abril é aquela que vai recolher mais jovens cientistas sociais que estavam a doutorar-se – inclusivamente, no fundamental, na Europa – e que Sedas Nunes vai também buscar, quer para o ensino, quer para a investigação, ao longo de 1975, 1976 e 1977.

A.G. – Eu fiquei interessada no seguinte: você estava falando que, quando você entra, você vai para a Faculdade de Letras, na verdade, fazer o curso de história, mas que há um grupo de estudos que estaria no ICS, já mais voltado, vamos dizer, para as ciências sociais. Eu queria saber sobre essa circulação de pessoas. Havia, a despeito disso, algum tipo de atividade? Porque às vezes isso ocorre, grupos de estudos, seminários... Como é que era a circulação dessas pessoas de história, de ciências sociais nesse momento?

C.C. – Complementando, se me permite, a pergunta que eu ia fazer era sobre o curso de história que afinal você fez. O que era que se estudava em história? Do ponto de vista aí mais formal, dos autores, das disciplinas que se....

A.P. – O curso de história, ente 1975 e 1980 – e eu terminei em 1982 –, quando eu fiz, era uma Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa marcada por uma conjuntura revolucionária. Os professores, alguns dos quais muito consagrados, sobretudo em história, como, por exemplo, Jorge Borges de Macedo, que era um historiador que marcou bastante, aliás, a historiografia portuguesa na segunda metade do século XX, eles tinham sido afastados da faculdade, pelos estudantes, por colaboração com a ditadura. E, portanto, vários professores tinha sido afastados e vivia-se um ambiente, simultaneamente, de alteração completamente dos programas, em que muitos assistentes é que eram os professores, porque uma parte dos professores doutorados tinha sido afastada – às vezes, legalmente e outras vezes, ilegalmente, pura e simplesmente não conseguiam entrar nas instalações da universidade –, a maioria dos quais só veio quando eu terminei o curso, basicamente quando eu terminei o curso. E vários professores exilados – é o caso, por exemplo, de Barradas de Carvalho, que tinha ensinado na Universidade de São Paulo – voltam a Portugal. E, portanto, o ambiente era um ambiente de seminário permanente. Poucas aulas formais, muitos seminários permanentes. Para nós, evidentemente... E quando eu digo *nós*, digo um pequeno núcleo. Pedagogicamente, não é uma experiência a recomendar, sem dúvida nenhuma, dada a conjuntura. Para nós, já bastante politizados, houve, fundamentalmente, uma entrada nas ciências sociais com grande espaço de manobra. Era um curso muito interdisciplinar, ou seja, tínhamos cadeiras de economia, tínhamos cadeiras de antropologia. Foi o início do desmembramento muito disciplinar dos cursos nas

Faculdades de Letras, dando-nos a oportunidade de repescar e de pescar em diversas disciplinas.

H.B. – E letras?

A.P. – Mesmo letras: sociologia da literatura, literatura etc. E isso, a mim marcou-me num ponto importante que é, basicamente, as fronteiras disciplinares, ou seja, não considerar fronteiras disciplinares muito estanques e muito estreitas. Quando este meu percurso, digamos assim, escolar termina, no sentido da escolaridade, eu entro para o Iscte, a dar aulas como assistente estagiário. Ou seja, em Portugal entrava-se, nessa altura, sem o doutoramento. O início da carreira era uma carreira **[inaudível]**. Como a hierarquia do sistema universitário tinha ficado profundamente abalada pela transição, os assistentes estagiários davam aulas como os professores doutorados, ao contrário das suas funções de assistentes estagiários, que era justamente assistir ao professor doutorado. Mas dada a abundância muito significativa da própria estrutura de poder e a democratização, digamos assim, do sistema universitário, eu entro no Iscte numa plataforma de igualdade, quer dizer que entro numa fase onde o chamado poder catedrático estava muito abalado, mas obrigava-nos – a nós, assistentes estagiários – a dar aulas.

H.B. – E quem era o seu catedrático?

A.P. – O catedrático era uma historiadora, neste caso, Miriam Halpern Pereira, que tinha feito a tese em França, aliás, com Pierre Vilar, com o historiador econômico marxista francês muito conhecido Pierre Vilar, e que era a chefe do Departamento de História do Iscte. E atenção: história era, nessa altura, apenas uma variante do curso de sociologia. Ou seja, nós dávamos aulas a estudantes de ciências sociais, e não a estudantes de história, nesta altura.

H.B. – Quer dizer, dessa experiência universitária sem fronteira, quando você entra para o Iscte, já entra com uma disciplina, já entra com uma orientação?

A.P. – Já entro com uma disciplina e, sobretudo, entro com duas ou três preocupações intelectuais, aliás, que vão dominar um pouco a... Muitos cientistas sociais da minha geração – *da minha geração*, eu falo de um pequeno núcleo – entram nas ciências sociais, como eu disse, por reação ao universo politizado e, portanto, entram nas ciências sociais com afastamento. Eu, ainda aqui há dias, tive que apresentar um livro do Barrington Moore, *As origens sociais da ditadura e da democracia*, e lembro-me de uma entrevista do Barrington Moore que, basicamente, no final da sua vida, dizia o seguinte: “As ciências sociais não servem para mudar o mundo – isso fazemos de outra maneira –, servem apenas para interpretá-lo”. E eu entro nas ciências sociais nessa perspectiva, ou seja, em reação a um marxismo que me dominou enquanto ativista político, não enquanto cientista social; crente, digamos, em algum cientismo das ciências sociais de que nós estamos aqui, no fundamental, para interpretar o mundo. Por exemplo, alguns historiadores mais... que foram meus colegas até recuaram, deixaram... nunca estudaram o mundo contemporâneo. Foi a reação deles. Um deles ensina hoje no King’s College, em Londres. Chama-se Francisco Bethencourt, por exemplo. Ele, por exemplo, foi estudar a época moderna, portanto, afastado o mais possível do mundo contemporâneo. Há reações diversas, creio eu. No meu caso, a marca foi, sem dúvida nenhuma, em primeiro lugar, tentar perceber... E por isso eu oriento-me muito rapidamente para o estudo dos regimes autoritários e ditatoriais nesta... do fascismo europeu, que é um dos meus primeiros temas, e depois, a seguir, temas como a mudança política e a ruptura política. Ou seja, temas das ciências sociais que têm muito a ver com a marca muito determinante, antes de me transformar num professor universitário e num investigador, da minha juventude.

A.G. – Mas que faz um *mix* muito claro e muito forte entre história e ciências sociais.

A.P. – Exato.

A.G. – Porque você estava também trabalhando com temas absolutamente clássicos da área da história.

A.P. – Exatamente. E aí, sem dúvida nenhuma, a presença de Sedas Nunes... E não só de Sedas Nunes, mas a presença de Sedas Nunes enquanto pai/fundador das duas



instituições, ou seja, do Iscte e do Instituto de Ciências Sociais, onde eu hoje ensino, foi muito marcante, sobretudo pelo caráter relativamente pequeno e interdisciplinar com que sempre fomos, no fundamental, educados: o fato de dar aulas a estudantes que não são exatamente da disciplina que presidiu inicialmente a minha formação. Porque sob o ponto de vista do meu percurso escolar, eu começo em história, mas depois eu vou fazer um doutoramento em ciências sociais no Instituto Universitário Europeu. Ou seja, eu saio muito rapidamente de Portugal para fazer o meu doutoramento; faço o doutoramento com um historiador e com um politólogo que, ironicamente, começou a sua carreira política no... peço desculpa, começou a sua carreira científica como latino-americanista e como brasilianista, que é Philippe Schmitter, que eu encontro no Instituto Universitário Europeu, e um historiador inglês que tinha trabalhado sobre o fascismo, o Stuart Woolf. E no Instituto Universitário Europeu, como também é uma pequena instituição onde os programas de doutoramento são muito interdisciplinares, eu justamente doutorei-me um pouco a cavalo entre a história política, como se costuma dizer, e a ciência política. Ou seja, este ponto, eu acho que é um ponto relativamente marcante, até porque países como Portugal, eu diria até como o Brasil, como uma parte significativa do mundo lusófono e a América Latina etc. são universos onde os cientistas sociais, historiadores etc. são também intelectuais públicos muitas vezes, são também *opinion makers*, digamos, onde o desafio... Até porque movimentamo-nos, até há poucos anos, num mundo de elites mais pequenas. Portugal é um país pequeno, o Brasil é um país muito grande, no entanto, quando a gente abre a imprensa da elite brasileira, tem a sensação que vai a um congresso e os conhece quase todos, apesar de o Brasil ser um país gigantesco. Portugal é um país pequeno e passa-se um movimento relativamente simétrico: a gente abre o jornal e vê a coluna de fulano, vê a coluna de sicrano e tratamos as pessoas por tu, em português de Portugal. Existe portanto essa marca, inclusivamente, até da atração da política. Quantos cientistas sociais não vão diretamente para a elite política, são senadores, deputados etc.? A minha marca, mais uma vez, que me pareceu importante, apesar de não criticar, evidentemente, quem não o faz, foi a de separar bastante a atividade de investigação, digamos assim, dessa frase de Barrington Moore, de mudar o mundo, porque essa é outra dimensão importante. E, portanto, eu penso que essa marca foi importante. E foi importante também pelo fato de eu pertencer a uma das primeiras gerações, que não os exilados, porque esses,

obviamente, foi por definição, que se foram doutorar fora de Portugal. E creio que isso foi bastante importante para a minha formação.

C.C. – É isso que eu ia perguntar, a sua opção por fazer doutorado no Instituto Universitário Europeu.

A.P. – A minha opção, muito rapidamente, era uma opção... A geração anterior à minha era uma geração muito francófona. Eu fui educado na geração francófona das ciências sociais em Portugal dos inícios... Quer a história, quer a sociologia, quer até os estudos de humanidades são muito marcados por esse panorama. Eu tinha a opção ou os Estados Unidos ou o Instituto Universitário Europeu, em Florença, e por uma questão de ter um professor americano que eu admirava, em termos... o Philippe Schmitter, que estava no Instituto Universitário Europeu, eu vou doutorar-me com ele. Também porque ele era pioneiro, nessa altura, no início dos anos 1980, nos estudos sobre a mudança política. Estávamos, após a revolução portuguesa de 1974, Grécia em 1975 e Espanha em 1977, no chamado início da terceira vaga das democratizações, e o Philippe Schmitter... E esse é um ponto que cruza um pouco a minha formação de historiador e politólogo, é a grande paixão pelo estudo da mudança política, ou seja, dos processos de incerteza, de mudança política...

H.B. – Quer dizer, se ele estivesse nos Estados Unidos, você teria ido. Não foi uma opção...

A.P. – Se ele estivesse nos Estados Unidos, eu teria ido para os Estados Unidos. Aliás, faço o terceiro ano do meu programa de doutoramento – porque o acompanho – na Universidade de Stanford porque ele, entretanto, vai para Stanford. E sob o ponto de vista acadêmico, evidentemente, depois os Estados Unidos marcam-me bastante, justamente por essa passagem do Instituto Universitário Europeu para Stanford e, depois, das várias vezes que tenho voltado. Ironicamente, não querendo me antecipar, em certas áreas, hoje, as ciências sociais norte-americanas são bem mais abertas do que as ciências sociais europeias. Mas isso pode ficar para daqui a um bocadinho.

A.G. – Uma coisa que eu acho interessante, você estava falando do Schmitter, demarcando bem esse interesse dele, é claro, por processos de mudança social e tal, mas uma marca também do pensamento do Schmitter – pelo menos, no Brasil isso repercutiu muito – é a questão do corporativismo.

A.P. – Claro. Ora, justamente, o Schmitter, o meu interesse e o meu fascínio inicial, sob o ponto de vista de investigação, foi o Estado Novo português. Por quê? Não é na sua dimensão insularizada. O Estado Novo fez uma ditadura tradicional de direita, que eu ainda tinha vivido inicialmente, mas é pelo fato de o Estado Novo português ter uma longuíssima duração. Estamos a falar de um regime que nasce na chamada época do fascismo e que termina em 1974 e estamos a falar num regime político que herda instituições políticas do liberalismo republicano e as adapta e que, a partir de 1945, realiza eleições sem escolha. Ou seja, o Estado Novo português é um laboratório, digamos assim, muito interessante, ou foi – felizmente, *foi* – para o estudo do autoritarismo. O Philippe Schmitter vem para Portugal justamente atraído por, como ele dizia, por ser o único laboratório ainda vivo do corporativismo do período entre as duas guerras, uma espécie de cadáver vivo justamente do corporativismo do período entre as duas guerras, e faz alguns estudos pioneiros sobre Portugal. E é essa marca que me leva, justamente, a esse contato com o Philippe Schmitter e, depois, evidentemente, mais com as ciências sociais norte-americanas. Mas há um ponto muito importante nessa altura, eu creio, no caso português, apesar de estarmos em plena transição democrática nos anos 1970, que é a marca cultural de um país pequeno que teve o império, mas cuja memória do império, em 1974 e 1975, em plena descolonização, era, evidentemente, a do império africano, do chamado terceiro império colonial português, que desapareceu, com a descolonização, em 1975. Mas a marca era uma marca muito fechada, sob o ponto de vista dos objetos. Os objetos de estudo eram Portugal, sempre Portugal. Por exemplo, eu fiz um curso na Faculdade de Letras que não tinha um único curso sobre o Brasil. Se calhar porque o único professor que dava Brasil tinha sido saneado, é verdade – era Veríssimo Serrão, que era amigo de Marcello Caetano e que, portanto, tinha sido expulso da universidade e esteve sem poder entrar na universidade portuguesa até 1980, durante seis anos. Depois, mais tarde, vou fazer um estudo sobre os outros, os deserdados, digamos assim, do processo de transição em Portugal. Mas, portanto, era um universo muito fechado; eu diria até muito provinciano. Uma das marcas talvez

mais dramáticas, em termos culturais, da longa duração do regime autoritário português foi uma dimensão muito provinciana, um ambiente de censura muito fechado e que marca, independentemente da boa vontade ou má vontade dos atores, marca segmentos muito significativos das elites culturais portuguesas. Não há comparação, já que estamos aqui... não há comparação com o Brasil. O ambiente das ciências sociais portuguesas inicial, o ambiente inclusivamente da própria elite universitária portuguesa na fase final da ditadura é ainda muito fechado, muito provinciano – independentemente da sua qualidade –, muito incapaz de estudar o outro.

H.B. – É interessante isso porque é uma elite que se forma fora daqui, em centros praticamente...

A.P. – Sim. Mas isso é a seguir à transição. Esses só vêm a seguir à transição democrática. E entram em confronto com, apesar de tudo, os que estão em Portugal e permanecem. E uma das razões que me levou justamente a sair de Portugal para fazer o meu doutoramento teve um pouco a ver com isso

H.B. – Quer dizer, os que saíam, saíam não só por uma deficiência formal, de não ter curso, mas também por uma mentalidade, por um interesse?

A.P. – Exatamente, também por um nível de abertura muito significativo que se conseguia fora e que dentro, até pela própria formação dos que lá estavam, era relativamente escassa, era relativamente pequena, era relativamente...

H.B. – Isso combina com uma pergunta que eu queria fazer antes, do seu comentário do Barrington Moore a respeito de o que as ciências sociais devem fazer. Como era, na comunidade intelectual aqui, fazer uma opção dessa, por exemplo, como a sua?

A.P. – Pouco simpática. Por quê? Porque a tradição universitária portuguesa nas ciências sociais tinha uma marca francófona muito significativa e, portanto, aqueles que optassem, por exemplo, por fazer um doutoramento fora, mas que não fosse o equivalente ao *doctorat d'Etat*, em França, que era um doutoramento que se fazia aos 40 e tal anos, ou 50 muitas vezes, como todos sabem – depende da geração –, corriam o

risco de não verem seus doutoramentos serem reconhecidos pelo sistema português. E uma bela parte, inclusivamente, dos meus chefes de departamento, Miriam Halpern Pereira e muitos outros, tinham *doctorat de troisième cycle* e esperaram muito tempo até verem seus doutoramentos serem reconhecidos pelo sistema universitário português. Agora, eu, felizmente, pertenço a uma geração que entretanto lhe aconteceu uma coisa simples, e essa coisa simples é o início do processo que nós chamamos – a palavra é feia –, em termos científicos, europeização, ou seja, a adoção das normas da Comunidade Europeia, da União Europeia, em função do início das equivalências de graus, deixando, ou retirando o monopólio às autoridades nacionais dessas equivalências de graus. Eu pertenço já a uma geração que, quando faço meu doutoramento, já tenho muito menos problemas, mas a geração a seguir à minha, de gente que provavelmente faz parte do vosso [**inaudível**] – Manuel Villaverde Cabral, doze anos até ter seu doutoramento reconhecido pelo sistema universitário português –, essa geração foi muito marcada, nomeadamente a exilada, foi muito marcada, depois, por uma inserção mais difícil no sistema universitário português.

A.G. – No que tinha uma dimensão de punição político-intelectual muito clara, também, não é?

A.P. – E tradição cultural. Porque um dos grandes responsáveis, por exemplo, que marcou outros historiadores e outros sociólogos que se doutoraram em Inglaterra, por exemplo, em Oxford, que tinham já um Ph.D. bastante mais rápido e que viveram seus doutoramentos chumbados na equivalência, o que foi muito pior. Não foi o meu caso porque eu já pertenço... e porque estava também ligado a uma escola, que era o Iscte, onde, sem dúvida nenhuma, digamos, os ventos de mudança e de modernização eram muito mais significativos do que em outras instituições.

A.G. – Mesmo assim, quando você sai de Portugal e vai para a Itália, você sente uma mudança?

A.P. – Sem sombra de dúvida, uma enorme mudança. Não é a Itália propriamente dita, é a instituição europeia.

A.G. – [É a instituição para onde] você vai, o Instituto Universitário.

A.P. – Porque a Itália tinha muitas dimensões... É a modernização muito rápida. Eu saio de um mundo onde... Nós todos conhecemos esse mundo. Eu saio de um mundo onde os livros estavam fechados numas grades e se abriam as janelas para tirar os livros e tal, com poucos... , e entro no moderno mundo universitário de bibliotecas abertas, de acesso à bibliografia muito rápido, e não andar a mandar vir livros caríssimos que não existiam nas bibliotecas portuguesas e cujo câmbio às vezes era bastante difícil etc. Ou seja, sem sombra de dúvida. Depois, os seminários verdadeiramente comparativos muito importantes. Seminários comparativos. Portanto, entro num mundo de *melting pot* europeu, quer dizer, com estudantes vindos basicamente de todos os pontos, não só da Europa, mas inclusivamente da América Latina e da Ásia. E, portanto, foi uma verdadeira revolução na minha... Não propriamente na minha formação intelectual, mas na minha formação global, digamos assim, como cientista social. O que teve depois algum impacto na mudança. Felizmente, mais uma vez, eu optei por sair muito rapidamente da Faculdade de Letras, onde inicialmente faço a minha carreira, para o Iscte. Porque, por exemplo, na Faculdade de Letras de Lisboa, o peso conservador, sob o ponto de vista acadêmico, e reativo foi muito mais significativo e marcou, aliás, por décadas, alguns departamentos da Faculdade de Letras. Portanto, eu considero-me alguém com extremamente sorte, por o mercado de trabalho acadêmico me ter conduzido a esta escola e, depois, ao Instituto de Ciências Sociais.

H.B. – E quanto tempo ficou na Itália?

A.P. – Eu fiquei três anos na Itália e, depois, um ano nos Estados Unidos. O último ano do programa de doutoramento com o Schmitter, faço como estudante visitante na Universidade de Stanford. Depois, inclusivamente, até fico lá a dar aulas. Alguns anos depois, vou dar aulas para lá, também, e muitas vezes tenho ido aos Estados Unidos como professor visitante. Mas isso é outra...

C.C. – E como foi essa sua experiência americana?

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.C. – Bom, então, antes da sua experiência americana, vamos falar um pouco mais da experiência italiana. Você mencionou também o Steven Lukes como...

A.P. – Exatamente. Ou seja, o Instituto Universitário Europeu, nessa época, era, digamos, parecido com o modelo de um colégio de Oxford: tinha poucos professores; os departamentos eram pequenos, ele só tinha quatro departamentos, e ainda só tem, Economia, Direito, História e Ciências Sociais e Políticas; funcionava muito em modelos de seminários interdisciplinares, em que os professores convidavam, no fundamental, cientistas sociais bastante conhecidos sobre cada tema dos seus seminários. E, portanto, representava um modelo a que eu não estava habituado, porque eu tinha me formado no modelo clássico das aulas, em que o professor fala para 50 alunos ou 40 alunos. Era um curso de doutoramento, no sentido em que tínhamos efetivamente seminários e tínhamos uma grande liberdade. E foi assim que muitos professores... Aliás, nessa altura, no instituto, que ainda era relativamente pequeno, convidavam os alunos até, às vezes, para a sua casa e faziam grupos de trabalho, com base em leituras. Era um ambiente, portanto, de seminário. E por isso lembro-me, por exemplo, um homem de teoria política, Steven Lukes, que tinha vindo da Universidade de Oxford e que tinha um seminário muito interessante sobre *What is left?*, o que é... que não era apenas o que é a esquerda; era o que aconteceu, como é que acabou, o que é que resta de certas dimensões, por exemplo, da teoria social. E outros professores. Por exemplo, um dinamarquês que marcou muito os estudos sobre o Estado social, Esping-Andersen, sobre o Estado social em comparação. No meio da história, também, vários professores: o Stuart Woolf, que foi meu coorientador, que era um professor que vinha de uma universidade inglesa e que tinha seminários sobre regimes autoritários. Ou seja, este ambiente de seminários. O Philippe Schmitter, que iniciou os seus seminários sobre democratização e mudança política também no Instituto Universitário Europeu. Portanto, vivia-se um ambiente intelectual muito... E sobretudo, creio eu, essa é uma marca importante, a pesquisa comparativa: colocar sempre um problema com um problema, e não... Isto é uma banalidade, mas é uma banalidade que nem sempre marca tradições de investigação em ciências sociais. E eu, de fato, aprendi um pouco aí essa perspectiva comparativa e relativamente global nos temas, e penso que isso foi bastante importante. Mais tarde, evidentemente, nos Estados Unidos, também. Eu acompanhei

um pouco a mudança, eu diria quase que de paradigma, em Portugal, de transição de um meio mais próximo da cultura das ciências sociais francófona para um mundo mais anglo-americano. É uma movimentação em curso ainda, quando falamos, mas que sem dúvida nenhuma caracteriza hoje Portugal numa maior pluralidade do que aquela que tinha, digamos, quando iniciei a minha formação.

C.C. – Mas a sua experiência americana em Stanford, como é que você vê hoje?

A.P. – A minha experiência americana em Stanford foi, ironicamente, no meu caso pessoal, foi a descoberta de um mundo ainda mais global das ciências sociais. Por exemplo, eu contatei inicialmente com o conhecimento das ciências sociais no Brasil, não diretamente, Portugal-Brasil, mas nos Estados Unidos. Foi lendo... Não só porque o meu... Bem sei que um dos meus mentores, o Philippe Schmitter, tinha trabalhado, por exemplo, sobre o Brasil. Mas na minha área, por exemplo, conhecer melhor os estudos sobre Getúlio Vargas, sobre Perón foi... Às vezes, até livros brasileiros foram feitos nas bibliotecas americanas, curiosamente. Foram feitos nas bibliotecas americanas, e não portuguesas, porque isso pura e simplesmente não existia no início dos anos 1980.

H.B. – E a de Stanford é incomparável!

A.P. – Não existia nos anos 1980. E também seminários que frequentei sobre a América Latina, *the area studies*. E, portanto, a minha experiência em Stanford foi bastante marcante. Aliás, para quem vem de um pequeno país como Portugal, hoje em dia, será sempre marcante por uma razão muito importante, creio eu, para o mundo das ciências sociais: é também o desafio da multiculturalidade, não só da comunidade de professores, mas também da comunidade de alunos. Portugal era um país dramaticamente homogêneo. Não homogêneo sob o ponto de vista social, mas homogêneo sob o ponto de vista nacional. Encontrar um estudante de português que não fosse português nascido em Portugal era extremamente difícil, quando eu comecei a minha carreira universitária. E, portanto, o desafio de comunidades mais internacionalizadas, mais multiculturais – nos Estados Unidos, primeiro, e antes mesmo, no Instituto Universitário Europeu – sempre constituiu um desafio bastante importante para mim, para o meu caso.



H.B. – E no final dos anos 1980, nos Estados Unidos, há um grande movimento nessa direção.

A.P. – No final dos anos 1980 há um grande movimento nessa direção.

H.B. – Sim, em 1988. E Stanford é um polo importante.

A.P. – Exatamente, é um polo importante de debate sobre quase tudo o que nós hoje chamamos “valores pós-materialistas”, que, enfim, vão chegar à Europa, evidentemente, no caso, vão chegar à Europa dez ou quinze anos depois. E, portanto, eu fui acompanhando quase sempre esse movimento. Nos últimos anos há um outro movimento, creio eu, nas ciências sociais em Portugal que também é muito... e que me apanha: as consequências da europeização. Eu acho que escapa, sobretudo para pequenos países. A adesão à União Europeia não significou apenas, no caso, no meu caso e no caso das ciências sociais portuguesas, não significou apenas um processo de maior abertura; significou também uma agenda diferente de investigação. Ou seja, o fato de a União Europeia promover grandes projetos, promover a cooperação entre institutos de investigação faz com que... Tem um efeito positivo e negativo. O positivo, sem sombra de dúvida, é que dá-nos uma agenda muito mais comparativa, e hoje em dia nós participamos em projetos com 40, 50 investigadores europeus, seja a propósito das transições democráticas, seja a propósito da memória das ditaduras, seja a propósito de outros temas...

H.B. – De políticas públicas.

A.P. – ...de políticas públicas etc. Tem um problema que é: funcionariza, eventualmente, um pouco a agenda da investigação. Ou seja, algumas das dimensões mais individuais de investigação, a agenda própria dos interesses intelectuais, muitas vezes ela é diminuída, em função destes macroprojetos.

C.C. – As redes.

A.P. – As redes.

C.C. – As redes começam a surgir.

A.P. – Exatamente. O que faz – eu não queria terminar pelo fim –, o que faz com que... Hoje em dia nós, em Portugal, até reagimos. Porque, por um lado, existe essa agenda muito forte, e por outro lado, quando inclusivamente vamos, por exemplo, aos Estados Unidos, verificamos que a pesquisa americana é bem mais individualizada, na maior parte dos casos – os professores e os investigadores têm bem mais autonomia do que, muitas vezes, este nossos macroprojetos europeus. Ou seja, curiosamente, o paraestado europeu, se é fraco em muitas outras dimensões, não há dúvida nenhuma que tem moldado, nos últimos anos, progressivamente, a agenda das ciências sociais europeias, e isso é muito significativo para pequenos países como Portugal.

C.C. – António, na sua trajetória, o tema da política já está presente desde o início como tema de investigação, mas eu queria entender como é que se passa daí para a institucionalização da ciência política em Portugal. Por exemplo, a experiência da Associação Portuguesa de Ciência Política.

A.P. – A ciência política em Portugal, há uma... Nós temos, no fundamental, duas origens da ciência política em Portugal. Uma dessas origens **estilou** as faculdades de direito. Evidentemente que as faculdades de direito, com as áreas de direito constitucional, mesmo institucionalizadas, enquanto ciência política associada às faculdades de direito, mantiveram a tradição disciplinar desenvolvida da ciência política em Portugal. Mas com a transição, as tradições da ciência política, associadas às faculdades de direito, vão diminuindo progressivamente, muito embora algumas áreas da teoria política e da filosofia política se tenham desenvolvido, quer nas faculdades de direito, quer, depois, em um ou outro departamento de filosofia. Mas Portugal tem uma história interessante, sob o ponto de vista do tardio desenvolvimento da ciência política em Portugal, e que representa, no fundamental, um duplo movimento. Por um lado, uma antiga escola de formação colonial transformada pelo antigo ministro do Ultramar – quando as colônias e o Ministério das Colônias passou a Ministério do Ultramar, porque as colônias era uma marca difícil na época da descolonização e, portanto, passou a

Ministério do Ultramar –, Adriano Moreira, um membro da elite política da ditadura, mas que vai decidir das faculdades de direito, vai dirigir esta instituição que forma quadros coloniais e vai desenvolver os estudos políticos com uma marca... E até há relações internacionais, enquanto disciplina, nesta instituição. Esta instituição, quando chega ao 25 de Abril, evidentemente, associada como estava ao regime – nomeadamente, até pela sua dimensão para-administrativa de formação de quadros coloniais, de quadros administrativos e técnicos coloniais –, sofre um grande abalo, muito embora Adriano Moreira fosse, sem dúvida nenhuma, um professor muito autónomo, nos últimos anos da sua vida, em relação à ditadura e tentando, aliás, ter um esforço de desenvolvimento da ciência política enquanto disciplina. Ele vai se exilar, aliás, no Brasil. Adriano Moreira vai se exilar no Brasil. Existe uma vaga de exílios para o Brasil de políticos, com a transição, como é sabido, em 1974. Em 1975, ele vai se exilar no Brasil e esta escola sofre problemas graves. A modernização das ciências sociais portuguesas – isto é muito interessante –, nomeadamente na escola do Iscte, porque muitos ouviram falar de Sedas Nunes, sofre o império da sociologia. A sociologia está num processo de afirmação e desenvolvimento, por uma geração, aliás, que muitos conhecerão, discípulos de Sedas Nunes, João Ferreira de Almeida e outros, marcam muito o desenvolvimento da sociologia. E a sociologia política fica sempre, ali no Iscte, um parente pobre. De tal modo pobre que o primeiro curso de ciência política é feito praticamente 35 anos depois do 25 de Abril, no Iscte, e com resistências. Ou seja, o desenvolvimento da sociologia é pouco propício à autonomia, digamos assim, a partir da sociologia política, da ciência política. Daí o fato de a ciência política ter tido um desenvolvimento tardio em Portugal. Sem dúvida nenhuma, é a última disciplina das ciências sociais a institucionalizar-se no sistema universitário português, muito embora tenha esta tradição de antigo regime que lhe vem desta escola que é o Iscsp, atualmente, o Instituto... que hoje em dia é uma instituição universitária normal, como é óbvio, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Cortaram-lhe o Ultramarinas, que era o nome que tinha antes do 25 de Abril. Cortaram-lhe o nome, naturalmente, o Ultramarinas. E, inclusivamente, paralelo a relações internacionais, institucionalizam-se mais rapidamente cursos de relações internacionais. Isto faz com que a maior parte da primeira geração que desenvolve a ciência política em Portugal provenha de formações disciplinares diferenciadas, ou seja...

H.B. – Vem de história sobretudo?

A.P. – Vem de história; vem de sociologia, uma bela parte vem de sociologia, de sociologia política...

A.G. – E história política.

A.P. – ...e história política.

C.C. – De relações internacionais também?

A.P. – De relações internacionais, já mais tarde, mais tardiamente, e depois, agora sim, uma nova geração que já tem licenciaturas em ciência política e doutoramentos em ciência política e, na maior parte, no caso português, ainda, em aliança estratégica com as relações internacionais. E por isso a Associação Portuguesa de Ciência Política, quando foi fundada, incluiu as relações internacionais. A maior parte dos cursos, ao nível de graduação, ainda têm as opções ciência política e relações internacionais. É apenas uma geração a seguir à minha que já se vai doutorar em ciência política e com o curso de ciência política...

H.B. – Mas licenciar em ciência política?

A.P. – Exatamente.

C.C. – O curso começa quando?

H.B. – É um curso específico hoje?

A.P. – Hoje, já temos cursos específicos em ciência política.

C.C. – Mas isso é agora, nos últimos dez anos?

A.P. – Só a partir dos anos 1990 é que elas emergem. Nós tivemos, curiosamente...

H.B. – Passaram o Brasil, por exemplo.

A.P. – Exatamente. Nós tivemos, ao longo dos anos 1980 e até agora... O sistema universitário português, convém não esquecer, foi um sistema que era público, ainda é público, mas que, dado o funcionamento do sistema de números claro, ou seja, dado o fato de o Estado e do governo determinarem o número de estudantes que pode frequentar as universidades estatais, surgiu uma procura muito significativa e várias universidades privadas criaram o que nós chamamos “cursos de papel e caneta”, ou seja, cursos relativamente mais... que custam menos, justamente para essa oferta de estudantes que não conseguiu entrar no sistema estatal. E curiosamente, inicialmente, as relações internacionais e a ciência política – e muitos outros cursos – aparecem no sistema privado. Só depois as universidades do Estado começam a integrar esses cursos. Mas é, portanto, um desenvolvimento relativamente recente. No próprio vocabulário português, a emergência da palavra politólogo é relativamente recente. Em um certo sentido, perdoem-me a sinceridade, a sociologia em Portugal tem um grande momento de afirmação após 25 de Abril e ao longo dos anos 1980 e 1990 e começa a diminuir um pouco, quer em interesse de alunos, quer por questões disciplinares, que não vamos agora discutir, da tradição disciplinar em Portugal, ao mesmo tempo que a ciência política tem uma capacidade de atração progressiva, nos últimos anos.

C.C. – E a Associação Portuguesa de Ciência Política? Como é que é a sua participação?

A.P. – A Associação Portuguesa de Ciência Política é formada justamente... O núcleo fundador da Associação Portuguesa de Ciência Política é formado, no fundamental, por cinco ou seis.

C.C. – Quem são?

A.P. – Manuel Braga da Cruz, que é um sociólogo formado em Roma, na Universidade de Roma, e que depois vem para o Iscte e para o Instituto de Ciências Sociais e que justamente abre pela via da sociologia política. Portanto, é uma associação, convém,

federativa, porque temos, obviamente, federados de diversos polos, não é verdade? Há uma preocupação inicial de colocar e de convidar gente de direito constitucional, que era a outra vertente nessa altura, e de gente desta antiga escola colonial que, basicamente, trabalhava pouco a ciência política empírica, mas fazia alguma teoria política e tinha alguma tradição em estudos de administração. Teoria política, com o João Carlos Espada, com este colega que eu salientei, que é hoje professor na Universidade Católica e criou um Instituto de Estudos Políticos e que era, como eu salientei, um dos porta-vozes, digamos assim, ao longo dos anos 1990, do pensamento neoconservador em Portugal, na sua atividade enquanto intelectual público, e que também participou na fundação da associação pela teoria política. Portanto, foi nossa preocupação termos, no fundo, inicialmente, história política, direito constitucional e teoria política. Portanto, a associação é fundada e, muito espontaneamente, muito espontaneamente, pela tradição disciplinar, o setor de direito não acompanha o desenvolvimento da associação, é que se mantém cada vez mais um polo de afirmação da institucionalização da ciência política em Portugal. A própria sociologia política foi se afastando progressivamente, porque tem a sua estrutura, também, associativa e disciplinar e, portanto, foi se afirmando cada vez mais como uma associação de política e relações internacionais.

C.C. – E a antropologia, como aparece nesse campo das ciências sociais?

A.P. – A antropologia tem um percurso mais diverso, aliás, em termos de matriz em Portugal. É mais diverso por quê? Em parte porque, ironicamente, tem uma marca, por um lado, ligada historicamente aos estudos coloniais. E essa é uma marca, obviamente, inicial. É ligada, aliás, ao Estado Novo, digamos, de estudos coloniais. Mas logo a seguir ao 25 de Abril é muito marcada por uma complementaridade interessante entre a escola francesa e a escola anglo-americana e muito marcada, também, por uma nova vaga na antropologia social de estudos sobre a mudança na sociedade rural portuguesa. Portanto, quando se dá a transição, uma bela parte dos antropólogos da minha geração, [eles] estão todos a fazer o seu estudo de caso sobre uma aldeia transmontana ou sobre uma aldeia minhota.

H.B. – É o movimento inverso, não é?

C.C. – O Joaquim Pais de Brito, por exemplo.

A.P. – Joaquim Pais de Brito; João de Pina Cabral; um antropólogo que vem de Cambridge, um exilado chileno, Raúl Iturra, que tinha trabalhado sobre a Galiza e a sociedade rural do centro-norte do Tejo. Convém no entanto salientar que há um precursor da antropologia moderna em Portugal que se transformou num diplomata a seguir ao 25 de Abril e que faz a sua tese em Oxford, nos anos 1960, com base em um estudo de caso sobre uma comunidade alentejana, do Alentejo, e que me estou agora a esquecer do... Agora, de repente, me esqueci do nome. Aliás, é um antropólogo dos anos 1960 que tem hoje... Deve estar a fazer os seus 75 anos, quase 80 anos. Mas que, a seguir ao 25 de Abril, entra na carreira diplomática e abandona, digamos assim, a sua atividade acadêmica. O título da sua obra, aliás, é: *Ricos e pobres no Alentejo*. É o estudo de uma comunidade alentejana e da estrutura social...

C.C. – É o Robert Rowland?

A.P. – Não é o Robert Rowland. Não sei se...

C.C. – A gente depois vê, não tem problema.

A.P. – João Cutileiro.

C.C. – João Cutileiro.

A.P. – Aliás, peço... Isto é de manhã. José Cutileiro. [*Lembrando-se do nome.*]

H.B. – José Cutileiro.

A.P. – Exatamente. É irmão, aliás, de um grande escultor português que é João Cutileiro. José Cutileiro estuda em Oxford, faz a sua tese e terá, também, uma influência relativamente importante, em termos teórico-metodológicos, na antropologia em Portugal. João de Pina Cabral, meu colega João de Pina Cabral, vem de Moçambique,

nascido em Moçambique, vai estudar para a África do Sul e termina em Oxford, com uma tese de doutoramento, também, em antropologia social – mais uma vez, um estudo de caso –, também sobre a comunidade do norte do país. Ou seja... A antropologia, Joaquim Pais de Brito, aí sim, mais marcado pela tradição da antropologia francesa. Mas é essa geração que basicamente marca a renovação da antropologia em Portugal, e eu diria mesmo a institucionalização da antropologia social em Portugal. Basicamente, só nos anos 1980 é que o mundo da antropologia começou a diversificar. Uma das brincadeiras que nós tínhamos, muitas vezes, quando discutíamos justamente com... Em outras áreas das ciências sociais estavam, eu diria, quase obcecados pela modernização, nomeadamente eu próprio, pela modernização e pela mudança da sociedade portuguesa e os nossos colegas antropólogos ainda andavam fascinados sobre estudos...

H.B. – Preocupados com a tradição.

C.C. – Sobre a tradição.

A.P. – ...sobre a tradição da sociedade rural portuguesa.

C.C. – Agora, António, eu queria entender melhor, porque você tem essa marca na sua trajetória, e outras pessoas que entrevistamos, essa dobradinha ICS-Iscte. É nos dois lugares. Como é que funciona?

A.P. – Isso terminou. Mas pelo fato de Adérito Sedas Nunes estar ligado às duas instituições, estar ligado ao projeto de afirmação do Iscte enquanto escola de ciências sociais, por razões que têm a ver com os processos da transição à democracia em Portugal – inclusivamente, grandes crises, grandes receios, ocupações estudantis –, por esta dimensão de ruptura, Adérito Sedas Nunes hesitava entre as duas instituições e decidiu dedicar-se exclusivamente a este Instituto de Ciências Sociais. Mas, de fato, uma parte dos seus discípulos ficou nas duas instituições. Aliás, durante muitos anos, o Iscte vai ser gerido por discípulos de Adérito Sedas Nunes que eram, simultaneamente, professores no Iscte e investigadores no Instituto de Ciências Sociais. E é por isso que as duas instituições estão muito marcadas. Porque o Iscte, hoje Instituto Universitário de Lisboa, é fundamentalmente marcado pela institucionalização da sociologia enquanto



disciplina e, depois, pela economia, que se vai se transformar numa escola de gestão. A coabitação nem sempre é fácil, mas o império nas ciências sociais é o império da sociologia e dos discípulos de Sedas Nunes. Essa marca é muito importante. A própria antropologia social no Iscte, a história no Iscte e hoje a ciência política no Iscte, enquanto disciplinas das ciências sociais, são pequenas cisões, pequenas variantes de uma escola de sociologia muito marcada, em termos disciplinares, pela sociologia..

C.C. – Já no ICS era mais diversificado.

H.B. – Mais política.

A.P. – No Iscte [ou no ICS?], a sociologia é muito marcante inicialmente e depois Adérito Sedas Nunes vai diversificando: há história, há ciência política, há antropologia, um pouco como no Iscte. Vai diversificando. Mas a marca inicial do Instituto de Ciências Sociais é, também, muito fortemente a sociologia. Nos tempos de uma instituição carismática, até existiram alguns colegas meus mais velhos, como, por exemplo, Manuel Villaverde Cabral, porque Adérito Sedas Nunes tinha uma liderança carismática da instituição, que doutorou-se em história e, quando fica definitivamente no ICS, Adérito Sedas Nunes lhe diz: “Não, agora vai fazer a sociologia rural”, e passou a sociólogo rural durante uns anos largos. Digamos que o ICS, inicialmente – eu já não apanho essa fase porque estou no Iscte, é mais alargado –, é uma instituição pequena, mas muito marcada por Adérito Sedas Nunes e pela tradição disciplinar da sociologia, que ele mais tarde vai abrindo.

C.C. – Mas só para entender, era possível ser professor das duas instituições. Não é mais possível hoje em dia?

A.P. – Hoje em dia... As duas instituições cresceram de uma forma diferente: o Instituto de Ciências Sociais integrou-se na Universidade de Lisboa. Nessa altura, era uma instituição autónoma. Era das poucas instituições de investigação *full-time* em ciências sociais em Portugal, com uma situação sempre periclitante, e Adérito Sedas Nunes preocupou-se muito com essa dimensão e o Instituto de Ciências Sociais vai ser integrado para a Universidade de Lisboa. O Iscte seguiu seu desenvolvimento como

uma universidade estatal e, portanto, progressivamente, foi se separando do Instituto de Ciências Sociais. Mas como o núcleo inicial tinha muitos contatos e era comum, muitos professores do Iscte eram investigadores no Instituto de Ciências Sociais e vice-versa. Iam até mudando, era uma vantagem, ora ficavam só investigadores, ora ficavam professores.

A.G. – Agora você tocou nesse ponto de o ICS ser autônomo e ser basicamente de investigação e eu volto a uma questão que eu tinha feito anteriormente que era um pouco da circulação entre as pessoas que estavam na própria Universidade de Lisboa, como você, na Faculdade de Letras – eu estou retornando no tempo –, e o ICS. Isso é uma coisa que me chamou a atenção, as especificidades do ICS nesse momento.

A.P. – O ICS, já nessa altura, desde que eu era estudante, aliás, na Faculdade de Letras e ainda antes de ingressar no Iscte, já era uma instituição pequena e de referência. Era uma instituição de referência porque tinha politólogos – neste caso, por exemplo, este sociólogo político Manuel Braga da Cruz – que já tinham desenvolvido estudos pioneiros significativos, por exemplo, sobre as origens do pensamento social católico nas origens do salazarismo, sobre o associativismo católico durante os anos 1910. Ou seja, o fato de ser um instituto de investigação, um instituto que dava condições muito boas, porque era um instituto interdisciplinar, já nessa altura era, evidentemente, uma grande plataforma de atração para nós. Ou seja, eu, quando era estudante, mesmo muito antes de me doutorar, já pensava no Instituto de Ciências Sociais como a instituição onde eu gostaria de estar, porque, simultaneamente, tinha o setor mais moderno da investigação em Portugal: a investigação histórica, a investigação sociológica. Naquela altura, já não tanto, mas já de ciência política. E tinha conseguido integrar muitos cientistas sociais exilados, com trabalhos pioneiros – por exemplo, Manuel de Lucena tinha se doutorado, tinha se licenciado em sociologia do trabalho e tinha feito um trabalho muito importante sobre o corporativismo em Portugal. Portanto, obviamente, já era uma escola de referência. Adérito Sedas Nunes tinha uma vantagem... Falamos muito em Adérito Sedas Nunes. Terminou, aliás, mal, porque ele tinha problemas de saúde significativos na última fase e era muito, digamos, melancólico, tinha alguns problemas. Todos os problemas das organizações que nascem muito associadas a uma pessoa. Mas era um investigador e um professor universitário, digamos, que em futebol

se poderia dizer, em português, “olheiro”, ou seja, aqueles que vão tentar ver quais são os melhores jogadores, na medida das suas hipóteses – às vezes, também errava –, mas que tinha uma estratégia de atração individual muito... no recrutamento, inclusivamente, inicial. Vivia-se num mundo onde o recrutamento era feito, não exatamente por concurso público, mas era muito “vou buscar este, vou buscar aquela e vou convidá-lo para vir inicialmente...”.

A.G. – E isso inclusive faz com que depois, do ponto de vista da inserção do ICS, na sua opinião, fizesse com que a possibilidade de a universidade então acolher o ICS... Isso foi um facilitador?

A.P. – É complicado, porque o ICS passou mal, na medida em que era uma raridade no sistema universitário português, porque era um instituto de investigação e, em ciências sociais, isso não existia em Portugal. E, portanto, passou por diversas fases. Em grande parte, o fato de ser pequeno, mas também ter, e nós sabemos que isso conta, um núcleo muito significativo de intelectuais públicos, ou seja, de gente que era conhecida para além da sua dimensão de historiadora profissional ou de sociólogo profissional, Vasco Pulido Valente, por exemplo, que é um historiador que escreve todos os dias... quase todos os dias nos jornais em Portugal, que é um intelectual público, ou, por exemplo, António Barreto, um sociólogo que se reformou agora para dirigir uma fundação, aliás, mas que também... ou seja, o fato de ter algum poder simbólico e algum poder na esfera pública foi sempre algo de extremamente importante ao Instituto de Ciências Sociais, para o institucionalizar.

H.B. – E quem mantinha?

A.P. – Quem mantém é, evidentemente... É uma instituição de investigação pública, é mantido pelo Ministério da Universidade e da Ciência, mas hoje em dia é uma instituição autónoma da Universidade de Lisboa. Portanto, é um instituto de pós-graduação da Universidade de Lisboa.

C.C. – Agora, António, nós estamos falando de ciências sociais, basicamente sobre instituições e relações individuais ou trânsitos, o Iscte, o ICS, a Católica, em Lisboa. E Coimbra e Porto, como é que se colocam nesse campo das ciências sociais?

A.P. – Ora bem. O ICS, hoje em dia... aliás, as ciências sociais, hoje em dia, sobretudo na área da sociologia, história e ciência política, transformaram-se em universos muito mais diversificados do que o eram nos anos 1980 graças à difusão das universidades públicas. Por exemplo, a Universidade do Minho tem, desde finais dos anos 1990, progressivamente, um núcleo de ciências sociais significativo – nomeadamente, até não apenas na sociologia, mas nas relações internacionais, na área da administração etc. –, mas, inegavelmente, os dois grandes polos, independentemente de a Universidade Nova de Lisboa e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas existirem – o mundo é dinâmico –, mas ao nível das ciências sociais tem dois grandes polos, que é Lisboa, à volta do Iscte, e Coimbra, evidentemente, à volta do Centro de Estudos Sociais. O que não quer dizer que, ao nível do ensino sobretudo, a Universidade do Porto, Aveiro, Évora não existam. Mas como grandes polos de investigação, como centros de excelência na investigação em ciências sociais temos que falar, fundamentalmente, de três: o Iscte, o ICS e Coimbra.

C.C. – Mas Coimbra, como é que se situa em relação ao Iscte?

A.P. – Aliás, eu acho que as experiências... Eu estive durante bastantes anos... Por exemplo, nós observamos isso através do número de bolsas e observamos isso, por exemplo, quando fazemos prêmios, por exemplo, para o melhor artigo de ciências sociais, que é um prêmio da Fundação Calouste Gulbenkian. De onde é que vem a maioria das candidaturas? Apesar de o mundo ser dinâmico, de em Portugal o mundo das ciências sociais ser dinâmico, nós observamos que o eixo é muito esse...

H.B. – É onde se concentra.

A.P. – ...Iscte, ICS, Coimbra e Minho. Mesmo do setor mais jovem. A capacidade de atrair investigadores que se doutoraram fora e investigadores de pós-doutoramento anda muito à volta destas instituições. Coimbra é conhecida, e eu acho que vale a pena dizê-

lo... Coimbra, a Universidade de Coimbra tem hoje em dia um espectro muito largo de ciências sociais também por uma marca que é também uma marca carismática...

H.B. – E pessoal.

A.P. – ...e pessoal que é Boaventura de Sousa Santos. Foi uma instituição que foi criada por ele e que inicialmente, aliás, tinha uma agenda muito mais fechada, ou muito menos pluralista – pluralista em termos de opções teórico-metodológicas – do que o ICS, o Instituto de Ciências Sociais de Sedas Nunes, ou até do que o Iscte, na medida em que a maior parte do núcleo duro da sociologia foi muito mais marcado pela própria obra de Boaventura de Sousa Santos, mas que nos últimos anos mudou muito e internacionalizou-se imenso. Essa é outra dimensão, também, que tem caracterizado a evolução das ciências sociais em Portugal: nós hoje encontramos investigadores não portugueses nas nossas instituições. Nós hoje, em termos de *area studies*, de estudos da área, por exemplo, já temos latino-americanistas, temos especialistas da África, Europa Central e Oriental. Ou seja, o mundo das ciências sociais tem se diversificado, quer em termos de perspectivas teórico-metodológicas, quer também de estudos da área, coisa que não acontecia até os anos 1980, ou acontecia muito pouco.

H.B. – Você acha que essa marca dos dois nomes, Sedas Nunes e Boaventura, ela pode se abrandar com essa entrada, com essa internacionalização?

A.P. – Em fases diferentes... A marca de Sedas Nunes foi fundadora inicial. Hoje em dia desapareceu. A marca do Boaventura, não, essa está ainda bem, bem presente na escola de Coimbra. Muito provavelmente, terá tendência a dissolver-se, não é verdade?

H.B. – Sim.

A.P. – Mas creio que deu origem aos polos, aos centros de excelência mais importantes. Aliás, sob o ponto de vista da avaliação internacional, estes dois grandes centros são os únicos que têm a classificação de excelente. E esta excelência não tem apenas a ver com a meritocracia, tem também a ver com estas dimensões de internacionalização progressiva.

H.B. – Porque é uma internacionalização também diferente, quer dizer, uma pode ser mais técnica, mais aberta, e a outra, mais politizada. É possível fazer essa...?

A.P. – Mesmo se... Digamos, poderíamos dizer que o ICS é mais ascético. Porque o Boaventura tem também uma presença, digamos, intelectual, tem também uma presença forte no mundo das ciências sociais, preocupado com a globalização, preocupado com os orçamentos participativos, preocupado com muitas dimensões da qualidade da democracia. E Boaventura de Sousa Santos também é um arauto. Para além de ser cientista social, também é um arauto, digamos, de dimensões mais politizadas das ciências sociais.

C.C. – Voltando ao Barrington Moore, seria...

A.P. – Exatamente. Não cumpre a tese de Barrington Moore. Ele também, apesar de tudo, quer transformar o mundo com as ciências sociais. A verdade é que a sua instituição é hoje já bem mais pluralista e bem mais aberta do que foi inicialmente.

H.B. – Também ela.

C.C. – António, e no Porto, por que não se desenvolveram ciências sociais?

A.P. – No Porto, as ciências sociais desenvolveram-se em torno de um outro discípulo de Sedas Nunes, o Madureira Pinto, que sai de Lisboa e vai para o Porto. Inclusivamente, faz parte da equipe inicial do ICS. Mais uma vez, um discípulo de Sedas Nunes. O Porto tem um desenvolvimento razoável das ciências sociais, mas tem a ver com a própria dinâmica da Universidade do Porto. A Universidade do Porto é mais jovem nas ciências sociais, é muito mais jovem, atraiu menos e tem uma presença mais pequena, sem dúvida nenhuma, nas ciências sociais. Já deu, inclusivamente, alguns sociólogos que são hoje membros da elite política. Há uma dimensão que eu acho interessante em Portugal e que, aliás, estudei numa obra e num projeto de investigação que realizei chamado *Quem governa a Europa do Sul?*, sobre elites, a continuidade ou ruptura das elites políticas em Portugal, e a marca universitária é muito importante na

elite política. Ou seja, o conjunto de professores universitários que passaram à carreira política é muito significativo. Cinquenta por cento dos ministros de Salazar eram professores universitários. O que é muito. Muitas das nossas interrogações, por vezes, em ciências sociais têm a ver com estas dimensões. E eu fui fazer esta investigação comparativa justamente baseado neste fato. A seguir ao 25 de Abril, também, ou seja, com a institucionalização da democracia, também, muito embora o universo esteja democratizado. E, portanto, convém não esquecer que uma parte da elite universitária é uma elite universitária inclusivamente de ciências sociais, mais recente, mas que, também, muitos nós perdemos inclusivamente para a carreira política. Por exemplo, Augusto Santos Silva, um membro destacado das ciências sociais na Universidade do Porto, é hoje ministro da Defesa e dirigente do Partido Socialista. Não é só no Brasil que teve presidentes sociólogos. Apesar de tudo...

H.B. – Só tivemos um.

A.P. – Eu sei que só tiveram um. Mas, em Portugal, alguns cientistas sociais foram se perdendo, ou ganhando, para a carreira política, nomeadamente na Universidade do Porto.

A.G. – Acho que no Brasil não tem tanta concentração assim, não. [riso]

A.P. – Esse é um ponto muito interessante, porque a profissionalização é muito mais forte no Brasil, da classe política. E em Portugal – aliás, há um estudo que estou a realizar neste momento –, por exemplo, a elite governante, ainda que seja dominada pelos partidos políticos, o recurso a independentes que provém da elite universitária é muito mais significativo do que, por exemplo, no Brasil ou em outro...

A.G. – No Brasil, em outro escalão, talvez, mas não nesse.

C.C. – Apesar da sua preocupação com a interpretação, eu queria que você falasse, mesmo que brevemente, sobre sua participação em divulgação, ou escrever em jornais, ou o programa de rádio que você teve, *As marcas da história...*

A.P. – Exatamente.

C.C. – ...ou como cronista, também, do *Diário de Notícias*.

A.P. – A ciência política, em Portugal, institucionalizou-se tardiamente, mas nos últimos anos a procura, quer por parte dos partidos, quer por parte do governo, quer por parte do Estado, quer por parte da comunidade internacional, [a procura] de estudos sobre atitudes, de estudos sobre eleições etc., o que todos sabemos, fez com que, muitas vezes, a esfera pública... fosse alargando, digamos, a participação dos cientistas sociais nessa esfera pública. Evidentemente que eu faço parte, digamos, dessa geração e faço parte, inegavelmente, desse movimento, quer com programas de rádio, quer às vezes com comentários na televisão ou escrito em alguns jornais. Não creio que o panorama seja muito diferente às vezes do Brasil, mas, provavelmente, com alguma especificidade. Mas creio que essa dimensão – no meu caso, pelo menos – é menos politizada, ou seja, não tenho qualquer interesse, neste caso, em afirmar as minhas posições, mas mais o tentar que um conjunto de saberes seja útil e seja devolvido à sociedade, justamente através deste trabalho de divulgação e de debate. Tem a ver um pouco com isso. Evidentemente que isto atinge outros setores das ciências sociais portuguesas. Nos últimos anos tem atingido mais os estudos políticos, por razões que se prendem inclusivamente com a própria institucionalização tardia da ciência política e da procura que isso tem em Portugal. A história: Portugal é também um país que, ao nível das elites, tem alguma procura de memória. E, portanto, a história, enquanto disciplina, e a história política, enquanto disciplina, têm procura cultural. E, portanto, isto faz com que, também ao nível da história política, quer na rádio, quer no universo editorial, exista, desde os anos 1980, aliás, um *boom* de procura do passado: procura do passado autoritário, procura do passado colonial, por exemplo, muito significativa. Cinquenta anos após o início da Guerra Colonial, por exemplo, existe uma procura cultural de memória – por exemplo, do que foi a Guerra Colonial, do que foi a colonização portuguesa – muito significativa. E não podemos deixar de salientar que os cientistas sociais, apesar de tudo, também procuram, de algum modo, devolver à sociedade a memória de o que foi uma estrutura social ou um movimento político, uma Guerra Colonial, um passado de resistência à ditadura, ou a ditadura propriamente dita. E é inegável que em Portugal, ao nível das elites, é claro, mas também pelo fato de ser uma



democracia relativamente jovem e de a memória do 25 de Abril estar muito presente, existem rituais de comemoração que fazem com que a própria elite política muitas vezes patrocine investigação e também divulgação, e isso mobiliza bastante a comunidade de ciências sociais em Portugal.

C.C. – Bom, estamos no centenário da República.

A.P. – Estamos no centenário da República. Esse centenário da República, evidentemente, foi turvado por uma crise de finanças do Estado, que, aliás, é regular. Os historiadores deviam, aliás, devolver à sociedade portuguesa a memória das crises financeiras de finais do século XIX, **mesmo** a crise, muito parecida com esta, que precedeu Salazar enquanto ministro das Finanças da ditadura militar. Foi justamente uma crise como esta que faz o grande capital para que Salazar consiga chegar ao poder e se transforme mais tarde em ditador durante bastantes anos. Essas celebrações da República, justamente, remetem ainda para... não miniguerras de memória, porque isso já não acontece em Portugal, mas que dão aos cientistas sociais um lugar relativamente destacado – não exageremos, mas relativamente destacado – em Portugal. Devo dizer, aliás, que quer sob o ponto de vista da investigação, quer sob o ponto de vista de memória, os últimos quinze anos foram muito importantes para a maturidade de uma comunidade de investigação de ciências sociais em Portugal. Como acontece em países que Boaventura de Sousa Santos marcou como a semiperiferia, o desenvolvimento não é, por vezes, sustentável, ou seja, é difícil sustentar e consolidar porque há dimensões de crise que podem muitas vezes provocar uma diminuição significativa do investimento em ciências sociais. Mas algo ficará.

C.C. – Agora, é nesse mesmo período de quinze anos que ocorre também maior circulação nesse mundo de ciências sociais da CPLP, principalmente no Brasil e em Portugal.

A.P. – Exatamente.

C.C. – Como é que você acompanhou esse movimento e se inseriu nele?

A.P. – Eu fui observando esse movimento e achei... Existe, evidentemente, uma dimensão que é uma dimensão, aliás, de continuidade entre a ditadura e a democracia, que é uma dimensão que remete para uma política cultural externa que sempre marcou Portugal, desde o início do século, que é, sem dúvida nenhuma, em primeiro lugar, a grande preocupação com o sistema colonial português, com a transição à democracia, sem dúvida nenhuma, uma transição que é por ruptura, que deu origem rapidamente ao movimento de descolonização, a um movimento de descolonização que não só é o produto – eu acho que esta dimensão é muito importante –, que não só é o produto da resistência, através da guerra, evidentemente, ao colonialismo português, mas que também é o produto da natureza de ruptura da transição portuguesa à democracia, fazendo com que, em 1975, Portugal descolonize globalmente, mesmo em colônias que não tinham grandes movimentos de resistência ao colonialismo português. Em São Tomé e Príncipe, por exemplo, não tinha um movimento... Tinha um movimento de libertação, mas, enfim, não é que a resistência ao colonialismo português fosse significativa.

H.B. – Não havia uma demanda.

A.P. – Ou seja, em 1975 existe também uma ruptura, em Portugal, a favor do fim do colonialismo. Como disse um historiador português, o 25 de Abril também foi um movimento em que a metrópole se quer desfazer do mundo colonial. Não é apenas... Após dezenas de anos de resistência da ditadura à descolonização, o 25 de Abril ajusta contas com o sistema colonial: quer esquecer o mundo colonial. Havia uma ironia de que, a seguir ao 25 de Abril, até Macau, Portugal até queria se desfazer de Macau, e a China é que diz: “Não. Somos nós que vamos decidir quando é que Macau vai passar a ser um território autônomo da República Popular da China. Portanto, fiquem com Macau porque nós queremos resolver aqui o problema de Hong Kong, e depois, mais tarde, voltaremos ao mesmo sítio”. Ou seja, isso é uma ironia, mas que remete um pouco para esta dimensão. Mas, muito rapidamente, a preocupação da diplomacia cultural portuguesa, que remete também para a continuação de uma dimensão identitária portuguesa muito marcada pelo mundo de língua portuguesa. Esta expressão “mundo de língua portuguesa”, que parece... que, para a minha geração, tem, inegavelmente, a ver com o Estado Novo e com os mitos do império etc., mas que não é verdade, sou eu que

me engano, mas que marca uma parte da sociedade portuguesa. Uma parte da sociedade portuguesa tem, efetivamente, movimentos de identidade com o mundo de língua portuguesa. O processo de europeização, ou seja, a adesão de Portugal à União Europeia, o fato de Portugal... não elimina um ponto muito importante: Portugal esteve fora das guerras européias e fora da política europeia desde 1918, e isto marca muito a identidade das elites. Esteve fora dos grandes dilemas e dos conflitos europeus.

H.B. – Fora da Europa quase.

A.P. – Muito embora... Tudo isto para salientar que essa opção foi sempre muito significativa, por parte da política externa portuguesa, e foi uma opção consensual. E justamente por isso, muito rapidamente, o estabelecimento da CPLP e os esforços, aliás, por exemplo, que a política cultural externa **português[a]** fez, mesmo até em relação ao Brasil, na política da língua. Toda a minha geração ainda assiste... Por exemplo, nos Estados Unidos, muitas vezes, eu contatava com os leitores de português. E Portugal é um país pequeno e fazia um esforço grande de enviar professores de português para as universidades norte-americanas, que eu encontrava, aliás, e encontro, quando lá vou, com o Instituto Camões, e que muitas vezes até se queixavam: “Mas o Brasil, que é o grande país de língua portuguesa” – não é Portugal, que é pequeno –, “não faz um esforço comparável de promoção etc. da língua portuguesa, da cultura, digamos assim, lusófona etc.”. Tudo isto para salientar que, sem dúvida, isto teve um impacto. Nas ciências sociais, o movimento é muito mais tardio. O próprio movimento de contato das ciências sociais portuguesas com as ciências sociais brasileiras é muito mais tardio. Ele é antigo, sob o ponto de vista da cultura literária e da elite literária, mas nas ciências sociais é relativamente recente: é um fenômeno dos anos 1980. Em minha opinião, é um fenômeno dos anos 1980. Nós observamos, aliás, uma movimentação, quer de historiadores, quer de antropólogos, quer de sociólogos em contato com as ciências sociais brasileiras, fundamentalmente, a partir dos anos 1980. Até os anos 1980, eu vejo muito pouco.

C.C. – Como é que começa isso? Como é que você se lembra de...? Brasileiros vindo para Portugal? Portugueses indo para o Brasil? Livros? Porque em 1974 e 1975, ainda vive-se ditadura no Brasil.

A.P. – É verdade.

C.C. – Quer dizer, para os brasileiros, até então, Portugal é uma ditadura, também. Então, acho que tem uma...

A.G. – E no caso, para nós, eu acho... Quer dizer, eles, em 1975. Mas anos 1980. Anos 1980, para nós, é a transição.

A.P. – Claro.

C.C. – É a abertura.

A.G. – Quer dizer, quando o... Até aí...

A.P. – Bem, mas vale a pena falarmos nessas coisas.

A.G. – Não, não. As ciências sociais...

A.P. – Não, não. As dimensões políticas, para o... Como é que se chama o vosso colega que andava a trabalhar... do Rio. [O trecho marcado em azul foi gravado durante a troca de fita.]

[FINAL DO ARQUIVO PHO\_1838\_ANTONIO\_PINTO\_2010-12-14\_01]]

A.P. – Mas isso remete para a presença de sociólogos... de brasileiros em Portugal a seguir ao 25 de Abril. Eu tenho, aliás, professores brasileiros que nunca mais vi. Foi o afro-brasileiro mais afro que lá uma vez encontrei e que foi meu professor de ciências sociais. Eu acho que ele desapareceu. Chamava-se Madureira. Era um afro-brasileiro. Afro-brasileiro no sentido de que era 100% afro. Era uma coisa impressionante. Para nós, em Portugal, em 1975, era uma raridade, até étnica, porque eu nunca tinha tido um professor africano na minha vida. Africano no sentido de cor. Nunca na vida. E ele era completamente afro. E dava ciências sociais. Exilado. Perdi seu rastro no Brasil. Até

queria ver se dava... Foi meu professor de ciências sociais em 1975. Não sei de onde é que ele vinha.

C.C. – Mas retornando à minha pergunta, nos anos 1980...

A.P. – Ah, mas agora nós estamos a gravar?

C.C. – Sim.

H.B. – Já?

C.C. – Já. Nos anos 1980, quando é que...? Como é que começa essa movimentação entre o Brasil e Portugal, essa mais recente? Quem são os personagens?

[INTERRUPÇÃO EXTERNA]

A.P. – E aproveita depois e limpa aquela brincadeira do Madureira para que eu não...

C.C. – Essa aproximação mais recente de ciências sociais nos anos 1980, quais são os eventos, personagens, livros? Como é que começa essa circulação maior entre o Brasil e Portugal? O que você se lembra, na sua experiência?

A.P. – A aproximação, nas ciências sociais, entre o Brasil e Portugal é relativamente recente e também teve instrumentos, instrumentos institucionais. Em primeiro lugar, no mundo das ciências sociais, em Portugal, os cientistas sociais que realizaram trabalhos não sobre a realidade portuguesa eram muito poucos, na minha geração ou mesmo na anterior à minha. Muito poucos. Boaventura de Sousa Santos é uma exceção. Porque Boaventura de Sousa Santos faz, como é sabido, faz uma tese de doutoramento que remete para um trabalho de campo no Brasil – mais especificamente, no Rio de Janeiro –, mas isso é raríssimo em Portugal até... Basicamente, até os anos 1980, é relativamente raro. No mundo da historiografia, no mundo da história, evidentemente que os historiadores brasileiros que trabalham sobre o Brasil Colônia vinham regularmente a Portugal trabalhar nos arquivos – e não os de história contemporânea –,

e portanto, com esses o contato foi mais rápido. Mas eu diria que existem instrumentos institucionais. Por exemplo, as celebrações nos anos 1980, as chamadas celebrações dos descobrimentos portugueses. É uma palavra, digamos, que, aliás, originou grandes polêmicas nas comissões oficiais. Mas as celebrações oficiais desses momentos, dessas conjunturas e da expansão históricas deram origem a comissões que, sem dúvida nenhuma, foram institucionalizando a pesquisa dos dois lados do Atlântico e cumpriram um papel importante de motor, digamos assim, inicial desse tipo de contatos. Repare-se que é nos anos 1980 que os primeiros portugueses aparecem na Anpocs e aparecem em pequenas antologias, por exemplo, de ciência política brasileira. Eu, ainda como estudante, colaborei num pequeno trabalho de campo de... Eu era assistente de investigação, neste caso, do Manuel Villaverde Cabral, que escreve um capítulo sobre as ciências... *A ciência política nos anos 80*, que saiu na Universidade de Brasília. Estamos a falar, por exemplo, na Associação Internacional de Ciência Política (Ipsa), que faz um congresso no Brasil nos anos 1980. E aparecem os portugueses nesse congresso e nesse projeto, por exemplo, sobre a ciência política nos anos 1980. O mesmo se pode dizer também, creio eu, na antropologia e na sociologia. Portanto, este movimento, da parte de Portugal – **como veem** mais uma vez, a pequena comunidade de ciências sociais –, é um movimento fundamentalmente dos anos 1980. Existem mais fundos, existe também o início de contatos, sob o ponto de vista das ciências sociais, e existem comissões estatais que, a propósito das comemorações, não apoiam só estudos de história, mas também...

H.B. – Produz uma agenda de pesquisa.

A.P. – ...produz uma agenda de pesquisa. E, portanto, é um pouco esse movimento que desencadeia. E objetos, evidentemente. Ou seja, inegavelmente, os sociólogos portugueses abrem um pouco sua perspectiva de estudos da área, que não tinham, e que incluem já o Brasil. Antropólogos portugueses, também. Era uma raridade, até os anos 1980, haver um antropólogo português que trabalhasse ou que fizesse sua tese a propósito de um estudo de caso no Brasil, ou vice-versa. E também algum esforço das universidades portuguesas e brasileiras no sistema de estabelecimento de bolsas sanduíche etc., que começaram a desenvolver-se.

A.G. – [Começaram] a aumentar.

A.P. – Mas é, fundamentalmente, um fenômeno dos anos 1980, o estabelecimento dos encontros afro-luso-brasileiros de ciências sociais é a CPLP das ciências sociais, ou seja, a comunidade dos países de língua oficial portuguesa enquanto instrumento mais político-diplomático. Mas, sem dúvida nenhuma, as vicissitudes destes encontros expressam um pouco a tentativa de encontrar pontes nas ciências sociais nos países lusófonos. O Brasil, evidentemente, tem... E esse é um ponto importante entre Brasil e Portugal. Portugal, praticamente desde a descolonização, mas já antes da descolonização, tem esse esforço estratégico de estudos africanos. O Brasil, como é sabido, ao nível de política externa, desde a ditadura militar que o Brasil... em meados da ditadura militar, os estudos, no fundamental, são feitos, afasta-se progressivamente da posição de apoio ao colonialismo português e começa a desenhar uma estratégia mais autônoma: pensando em África, mas pensando, eventualmente, em descolonização e no pós-colonial, no caso português. E essa ponte da área africana, essa ponte também favorece bastante e também favoreceu alguns contatos, também, das ciências sociais portuguesas com as ciências sociais brasileiras. É bastante mais recente também, obviamente, mas Angola, sobretudo, e Moçambique, menos. Também é um ponto importante nessa perspectiva. Portanto, é um contato recente e que, da parte brasileira, traz sua dinâmica, e da parte portuguesa significa também uma pequena revolução nas ciências sociais portuguesas, que é o movimento de abertura para outras... Movimento de abertura, ou seja, o fim da obsessão com a sociedade portuguesa enquanto objeto de estudo, se quisermos, que marcou praticamente até os anos 1980, uma bela parte. E tem uma explicação, obviamente, tem uma explicação natural: era o subdesenvolvimento das ciências sociais em Portugal, o subdesenvolvimento dos estudos sobre história política, história social e história econômica contemporânea, sobre a contemporaneidade, que é um legado do regime autoritário, que sempre restringiu muito os estudos sobre a sociedade portuguesa contemporânea. É natural que, nos primeiros 20 anos após a transição democrática, as ciências sociais se tenham concentrado quase de uma forma obsessiva sobre a sociedade portuguesa.

H.B. – Quer dizer que uma área, portanto, de ciência política comparada tem um momento extraordinário.

A.P. – Uma área de ciência política comparada tem um momento, sem dúvida nenhuma. É, aliás, o grande desafio da ciência política em Portugal, mesmo fora do processo que eu disse, de europeização, ou seja, de participação em projetos internacionais europeus.

C.C. – Agora, António, você fez uma análise mais como cientista social dessa aproximação. Eu queria perguntar sobre a sua experiência pessoal. Qual é a primeira vez que você vai ao Brasil? Como é que é o contato?

A.P. – Todas as minhas experiências iniciais com o Brasil são feitas nos Estados Unidos. Por quê? Porque nas estruturas associativas, na Associação Americana de História e na Associação Americana de Ciência Política, eu contato com alguns historiadores brasileiros e alguns, isso é interessante, e alguns historiadores norte-americanos que trabalham sobre o Brasil. Por exemplo, o meu primeiro painel comparativo sobre corporativismo, autoritarismo, Vargas etc. é feito nos anos 1980, na Associação Americana de História, para vos dar um exemplo, com um historiador norte-americano hoje falecido e que escreveu um livro sobre o regime Vargas chamado *Vargas, o pai dos pobres* [refere-se a *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*, de Robert Levine]. E outros – não vale a pena agora estar a salientar. Ou seja, historiadores norte-americanos que trabalhavam sobre o Brasil.

H.B. – Os brasilianistas.

A.P. – Os brasilianistas. E lendo sobre o Brasil, os trabalhos da Ângela etc. Mas os meus contatos com o Brasil começam, curiosamente, também no início dos anos 1980, fundamentalmente, recebendo estudantes em bolsas sanduíche: brasileiros que vinham estudar, ou porque trabalhavam sobre o autoritarismo, ou porque trabalhavam sobre, mais tarde... Porque a transição democrática brasileira... Estamos a falar no final dos anos 1980. E que vinham em bolsas sanduíche para a Itália, por causa do fascismo italiano, ou para Portugal, por causa do salazarismo, ou porque trabalhavam em movimentos sociais e vinham em bolsas sanduíche para Portugal. E é assim que começa, nos anos 1980, o meu contato, digamos, com as ciências sociais brasileiras.



C.C. – Qual foi a primeira vez que você foi ao Brasil?

A.P. – Repare, eu não trabalhava tanto... Os historiadores tinham o Brasil Colônia, que é um... Eu não trabalhava sobre esses temas, portanto, meu contato com os cientistas sociais brasileiros, historiadores e não historiadores, remete para o mundo contemporâneo e, portanto, não tinha esse passado comum entre aspas.

A.G. – Esse contato não tem a tradição que os estudos de Colônia e até de Império.

A.P. – Não tinha o chamado trabalho de arquivo, os que estudavam a Inquisição, o mundo... o chamado Antigo Regime Colonial.

C.C. – Mas quando você foi ao Brasil a primeira vez?

A.P. – Eu fui ao Brasil a primeira vez em 1989, ao Recife, para um encontro, justamente, para um encontro que tinha a ver com regimes autoritários e tinha a ver com o corporativismo. Portanto, muito tardiamente. Em parte, esse contato, fundamentalmente, via ciência política, em Paris ou nos Estados Unidos. Por exemplo, um dos primeiros politólogos brasileiros que eu encontro é em Paris, é o Héglio Trindade, que tinha feito uma tese sobre o integralismo e sobre a Ação Integralista Brasileira e que se doutorou em Paris e que eu encontro em Paris. Portanto, não são contatos diretos; são contatos via países de terceiros e experiências via países de terceiros.

H.B. – E isso se altera depois? Você manteve depois um contato mais próximo com o Brasil?

A.P. – Isso altera-se significativamente depois. Muito embora nos continuemos a encontrar, por exemplo, em outras... um colóquio sobre o corporativismo há uns anos, por exemplo, com a Ângela e outros cientistas sociais brasileiros. Mas altera-se significativamente nos anos 1990. Aí, sim, já com contatos diretos. Mas até os anos 1990, no meu caso, é sempre multilateral, ou foi sempre multilateral. Dei o exemplo do Héglio Trindade, dei o exemplo da Associação Norte-Americana de História, ou de

Ciência Política. Mas sempre via países de terceiros. Só praticamente, no meu caso, nos anos 1990 é que isso acontece.

C.C. – Com a África acontece, de alguma maneira?

A.P. – Com a África, há duas... Digamos, as ciências sociais portuguesas têm, em termos disciplinares, um contato com a África e com os países... com Angola, Moçambique e Cabo Verde... Moçambique etc., fundamentalmente, com uma matriz disciplinar muito próxima da sociologia e dos chamados estudos sobre o desenvolvimento. E, portanto, a sociologia, sim; a história, menos; e a ciência política ainda é mais recente. E isto, obviamente, tem a ver com o fato de a ciência política portuguesa, enquanto objeto e enquanto disciplina, mas sobretudo enquanto objeto de estudo, só mais tardiamente, com os processos de transição à democracia em Cabo Verde, em Moçambique, que são muito recentes, ter passado a ter mais contato. Por outro lado, também convém não esquecer que, sob o ponto de vista dos países lusófonos, a história e a sociologia estão bem mais desenvolvidas do que outras disciplinas, como, por exemplo, a ciência política, que praticamente tem um desenvolvimento muito embrionário no sistema universitário de investigação dos países lusófonos. Portanto, remete mais para a sociologia e para os chamados estudos africanos como área interdisciplinar com antropólogos, sociólogos e menos...

H.B. – E historiadores.

A.P. – Historiadores, poucos. Porque, no caso português, só agora é que o universo pós-colonial e sobretudo o universo da descolonização começa a ser um objeto de estudo muito significativo em Portugal, e então, aí sim, estes contatos se desenvolvem. Mas convém não esquecer que, até devido à juventude, digamos assim, dos sistemas pluralistas nestes países, é inegável que há algumas áreas de investigação que são bem mais complexas e bem mais difíceis. Eu estive ainda há pouco tempo em Paris, por exemplo, num seminário sobre memória das transições democráticas e ainda é muito difícil ter, inclusivamente, acesso a material documental desses países, como é óbvio, fundamentalmente em Moçambique e em Angola, sobre a transição à descolonização. É bem mais complexo.

H.B. – Então, como você vê, hoje, a formação dos cientistas sociais? Os jovens, os cursos, você acha que é uma formação que está impregnada dessa alteração fundamental que você...?

A.P. – Portugal tende, em primeiro lugar, para o grande pluralismo de evolução particular das disciplinas das ciências sociais. Se me pedissem um traço brevíssimo, e o futuro efetivamente se encarregar de alterar esta visão, felizmente, espero, eu diria que, por exemplo, a disciplina história tem uma explosão muito significativa de objetos muito diversificados e contraditórios, desde a velha história moderna ligada ao velho império colonial português à emergência da história política contemporânea. Há o desenvolvimento de uma história econômica muito mais marcada pela economia enquanto disciplina e, portanto, pelos objetos da chamada nova história econômica. Na sociologia, passa-se um movimento relativamente semelhante, muito embora com diferenças. A sociologia, em Portugal, atravessou processos de grande abertura disciplinar, vide até grande abertura interdisciplinar em alguns setores, com movimentos de fechamento em outros. Eu diria que a sociologia não vai pelo melhor em algumas áreas porque tem algum fechamento disciplinar, por exemplo, e tem algum fechamento tecnocrático, ou seja, de prestação de serviços, no que faz muito bem, mas, eventualmente, perdendo alguma inovação, creio eu, teórico-metodológica na investigação, em Portugal. Na ciência política, em explosão, mas também é ainda relativamente pequena, mas em explosão; a antropologia social, em minha opinião, com uma grande maturidade, com uma grande abertura e com um grande processo até, inclusivamente de internacionalização, de abertura de objetos. Aliás, que se prende com a própria evolução da disciplina antropologia, porque como eu dizia a brincar, vindo de outra disciplina, perdeu o objeto em Portugal, que eram os camponeses, e precisou encontrar outros, não é verdade? Mas foi um movimento feliz, de encontrar...

H.B. – Acabou internacionalizando.

A.P. – Acabou internacionalizando etc., etc. Estou a brincar, mas é o marcante. Mas todo este movimento tem sido sustentado, inegavelmente, nos últimos 15 ou 20 anos, por um grande alargamento e um número muito extensivo de bolsas, que permitiram aos

portugueses da geração a seguir à minha – eu ainda fui uma raridade –, permitiram aos portugueses de ciências sociais uma grande democratização de bolsas. O estudar, fazer doutoramentos para outros países e também o desenvolvimento de grandes escolas doutorais em Portugal, tudo isto é relativamente recente. E esse esforço tem a ver, sem sombra de dúvida, nomeadamente, com a proliferação de bolsas, com a proliferação perante um sistema universitário que ainda é fechado, ainda tem muito poucos lugares. E, portanto, é sobretudo ao nível da investigação, com bolsas de pós-doutoramento ou com bolsas de doutoramento, que têm sustentado um pouco este grande desenvolvimento.

A.G. – O que, no caso do Brasil, também não é tão diferente, em termos de temporalidade. Aí eu acho que a gente tem um bom...

A.P. – Aí sim.

C.C. – As bolsas sanduíche, por exemplo, elas começam em 1990, se não me engano.

H.B. – No final dos 1980. Em meados dos 1980.

C.C. – No finalzinho dos 1980.

A.P. – E, portanto, eu deposito muito as esperanças numa geração que tem hoje entre 30, 35 anos e 40 anos, muito rica em termos de experiência, com teses que vão desde a história colonial aos partidos políticos, às atitudes políticas portuguesas em comparação com a europeia. Há antropólogos que fazem trabalho de campo no sul da Bahia...

H.B. – Na Índia.

A.P. – ...ou na Índia; há sociólogos que têm projetos sobre a sociologia urbana em Moçambique, no Paraguai, ou no Rio. Ou seja, deposito muito as esperanças justamente nessa...

A.G. – Nesse alargamento.

A.P. – ...nesse alargamento, que eu espero que seja sustentado, das ciências sociais em Portugal. Finalmente, creio eu, nos últimos anos, algum paroquialismo elitista diminuiu, para dizer quase desapareceu. E espero que se tenha dado a machadada de morte nesse paroquialismo elitista – no qual eu ainda nasci –, mesmo sob o ponto de vista social, e que hoje em dia, como reflexo, aliás, de um sistema universitário que, felizmente, se democratizou muito significativamente... Quando nós hoje perguntamos “qual é a origem social dos pais” aos nossos estudantes universitários, e esses estudos estão feitos... Isso representa uma mobilidade social muito diferente daquela onde eu nasci e que remetia, evidentemente, para esta classe média alta.

H.B. – Com todos os incômodos...

A.P. – Com grandes dificuldades.

H.B. – [Com todos os incômodos] que provoca na própria comunidade acadêmica.

A.P. – Exatamente, sem sombra de dúvida. Portanto, pelo menos sob esse ponto de vista, entre a mobilidade social e uma pesquisa em ciências sociais bem mais alargada, eu espero que Portugal já não regresse ao passado, sob esse ponto de vista.

H.B. – Bom, a gente queria só te agradecer muitíssimo e fazer uma pergunta que fazemos a todos os entrevistados: se for possível, nessa trajetória tão rica que você teve, se lembrar de um livro, ou uma obra que tenha te marcado, que tenha te influenciado de uma forma especial.

A.P. – Quase todos têm tendência a falar de clássicos, não é verdade? Seria falso. Como todos os da minha geração, eu li os clássicos, desde os clássicos do pensamento político até os clássicos marxistas. Mas eu diria que enquanto cientista social, convém ser mais modesto, e no meu caso, eu não diria um, eu diria três. O primeiro foi uma obra que eu tive a oportunidade de comentar há dias: o Barrington Moore, em *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Por quê? Porque tinha profundidade histórica, porque era comparativo e porque era analítico.

H.B. – É um belo livro!

A.P. – E essa obra marcou enquanto cientista social, não enquanto a minha formação intelectual, porque essa foi feita, evidentemente, antes. Porque eu não li o Barrington Moore em 1966. Nessa altura, estava interno em um colégio católico no centro do país e não sabia quem era Barrington Moore. O segundo é uma discípula de Barrington Moore, curiosamente, a Skocpol e o seu clássico sobre as revoluções. E o terceiro foi uma obra que me marcou e que só saiu em 1986 e que me marcou de uma forma bem mais modesta, que foi a obra *Transitions from authoritarian rule (Transição da ordem autoritária)*, que não foi feito por ninguém dos clássicos das ciências sociais, mas que era uma pesquisa coletiva do Philippe Schmitter, do Guillermo O'Donnell e do Laurence Whitehead, que era uma pesquisa coletiva sobre... em cima dos acontecimentos das transições democráticas e que me marcou imediatamente. Muitas vezes, as obras que nos marcam, enquanto cientistas sociais, enquanto preocupações, não são aqueles grandes clássicos, desde o Weber, ou pré-Weber. Mas, no meu caso, estas obras marcaram minhas preocupações, pelo menos, que é o mais importante.

H.B. – Bons interlocutores, inclusive.

C.C. – Bom, só para fechar, agradecer muito a sua colaboração e...

H.B. – E disponibilidade.

C.C. – ...e a disponibilidade em nos receber aqui hoje.

A.P. – Foi um prazer.

H.B. – O prazer é nosso. Obrigada.

A.G. – Muito bom! Muito bom!

H.B. – Bela entrevista! Belíssima entrevista!

A.G. – Muito bom!

A.P. – Está sendo difícil porque eu estou habituado... Bem, quando damos aulas, só falamos e tal. Nós estamos habituados aos três minutos da televisão.

C.C. – E não três horas.

A.P. – Três horas? Eu nem sei como é que...

A.G. – Mas passa, assim, tranquilamente.

A.P. – Passa.

H.B. – Mas foi muito sofrimento para você? Eu não senti três horas.

A.P. – Não, não.

H.B. – Eu não senti três horas.

A.P. – Mas depois vocês têm que editar. Ou não? Porque isso, passa-se...

H.B. – Mas sabe que... A gente faz coisas variadas.

C.C. – Não, até essas partes de... A entrevista como um todo, na íntegra, a gente mantém. Alguns trechos, parar para trocar a fita, aquela hora que você não sabia que estava gravando, isso a gente tira, mas, basicamente, é o depoimento todo.

H.B. – Mas há uma organização às vezes até por tema, então, o interessado que for buscar não precisa ouvir três horas para chegar em um ponto que queira.

C.C. – Temos o sumário, também. Inclusive, para... Tem-se a transcrição.

A.P. – E vocês dividem, não é?

C.C. – Sim, até para se visualizar, ver o trecho falando sobre...

A.P. – Exatamente. Porque o do Boaventura, eu lembro-me que ele tinha três. Eu fui lá ver no *site* e tudo.

C.C. – E é muito bom para...

H.B. – Para a pesquisa, para tudo para as pessoas

C.C. – Para facilitar, não é? Porque às vezes você tem curiosidade de ver a pessoa falando sobre algum trecho. Mas o retorno que a gente tem, que tem tido que é muito interessante...

H.B. – É incrível!

C.C. – ...as pessoas gostam de *ver* as pessoas. Não é só ler a entrevista; adoram *ver* a pessoa falando.

A.G. – Mas é verdade. Primeiro porque eu acho... Até remete a isso que a gente estava falando. Na verdade, esse é um instrumento também, como você estava dizendo, de aproximação.

A.P. – Claro.

A.G. – E aí é completamente diferente. Você estava falando do Schmitter. Eu nunca tinha visto o Schmitter. Eu queria ver o Schmitter.

H.B. – Imagina, ver o gabinete dele em Stanford!

A.P. – A nossa tendência aqui, como o projeto é da Getulio Vargas, nós temos tendência a comparar com o Brasil, e eu queria evitar um bocado, porque... Eu ainda comecei a



falar daquelas coisas dos anos 1980 e tal. [**Inaudível**]. Na verdade, chamava-se *A ciência política nos anos 80*.

H.B. – Sim, eu me lembro.

A.P. – E era do... E era...

H.B. – Do Bolívar? De São Paulo?

A.P. – Não. Era da Universidade de Brasília.

H.B. – Ah, Brasília?

A.P. – Brasília que editou. Tinha aquela coleção castanha. Havia uma coleção castanha que, aliás, tinha os clássicos todos.

A.G. – Sei! Sei! A coleção é excelente!

A.P. – Não sei se a cor era castanha, mas...

A.G. – É amarelo, escrito em marronzinho.

A.P. – Amarelo.

A.G. – Isso. Eu tenho um montão de livros.

A.P. – Eu ainda li imenso em português. Porque nós não tínhamos traduções desses clássicos em português. Os clássicos eram publicados no Brasil.

A.G. – E eles fazem não só os clássicos como fazem o que você diz, eles traduzem também essa literatura que não é propriamente de clássicos, mas que é fundamental.

A.P. – Exatamente.

A.G. – Eu me lembro, por exemplo, que foi nessa coleção que eu li, pela primeira vez, o Berlin, que eu nunca tinha lido. Foi um livro, para mim, fundamental. Quando eu li o Berlin, eu falei: “Meu Deus!”.

A.P. – Exatamente. Mas também eu. Porque o Berlin não aparecia em francês.

A.G. – Não aprecia.

A.P. – E eu, na altura, ainda não estava no modelo mais anglo-americano e tal e essas edições brasileiras chegavam a Portugal.

A.G. – Porque a Universidade de Brasília, nesse momento...

A.P. – Eu não sei como é que a Universidade de Brasília tinha distribuição em Portugal. A gente apanhava... Era caro.

A.G. – A editora tinha uma política fantástica. Acabaram com a editora depois, infelizmente.

H.B. – E, curiosamente, para a gente lá era barato. Era uma edição...

A.G. – Eram uma política da editora universitária, os livros.

A.P. – Não era muito caro, mas os livros eram muito taxados. Entre Portugal e o Brasil, havia muitas taxas.

H.B. – Mas entre as editoras, a UnB era a mais favorável de preço.

A.G. – Era um preço absolutamente acessível, até porque muitos dos livros eram grandes. Eram livros às vezes muito grossos, o que significaria um preço caro.

A.P. – Claro.

H.B. – E não era.

A.G. – E a UnB teve essa política.

H.B. – Teve sim. É importante.

A.G. – Ela teve mais de uma coleção, aliás. Ela tem uma outra, também, sobre pensamento, que é branca e cinza. A capinha é branca e cinza.

A.P. – Essa, já não me recordo.

A.G. – Publicou Roquette-Pinto...

A.P. – Ah, sim.

A.G. – ...publicou Oliveira Vianna.

A.P. – Certo.

A.G. – Então, ela fez um trabalho fantástico! E foi... Quer dizer, foi exatamente depois de... Foi nos anos 1990.

H.B. – E a gente olhando hoje as edições, a gente tem a noção precisa da revolução do parque editorial brasileiro.

A.P. – Tem.

H.B. – É incrível. Porque ela ainda é uma... quase mimeógrafo.

A.G. – Pois é. É uma... É muito simples, todas as capas são iguais, coleções...

H.B. – É muito simples. Como eram as outras editoras.

A.G. – É, como eram as outras editoras.

H.B. – O Brasil fez... Foi uma revolução.

A.G. – Até as editoras universitárias.

H.B. – Também.

A.P. – Mas, por exemplo, o nosso universo editorial, no sentido de passar a ter grandes grupos... Por exemplo, hoje publica-se na Civilização Brasileira. Mas a Civilização Brasileira é o Grupo Record, é uma divisão...

A.G. – Exatamente. A Civilização Brasileira é apenas um selo, não é uma editora.

A.P. – É um selo. E hoje isso já acontece em Portugal, mas dantes não. Agora é que nós temos grandes grupos, em que as editoras já são um selo. No fundo, é uma sala destas, num *open space* em que eu sou a Difel; amanhã sou...

A.G. – E no caso da Record, por exemplo, que é uma coisa imensa, eles inclusive decidem, muitas vezes, em qual dos selos vai sair.

A.P. – Exatamente, [decidem em qual dos selos] vai sair.

A.G. – Como é que vai ser.

A.P. – Eu, ainda agora, estava a ler uma coisa e até vi que era da Record. Ofereceram-me agora, num seminário no Brasil, uma Denise Rollemberg...

A.G. – Foi minha orientanda.

A.P. – Ah! Ofereceu-me. Agora o livro dela é sobre exilados em São Paulo.

A.G. – Isso. É o último livro dela.

A.P. – E é Record.

A.G. – Mas sobre os exilados, *Entre raízes e radares*, um grande, assim? Ou não? Ou o outro livro que ela escreveu sobre os exilados? Porque ela tem um...

A.P. – O outro. Eu acho que até aparece o Daniel... o Arraes, como exilado.

A.G. – É, então não é esse. Porque ela tem um, que é a tese de doutorado dela, sobre os exilados que...

A.P. – Eu acho que é a tese, sim. Eu até o tenho ali, vi agora, porque vim de lá agora. Por exemplo, esse é Grupo Record. É do Record, mesmo.

A.G. – É Record.

A.P. – Mas depois há outros que são Civilização Brasileira, muito embora os livros sejam muito... Quer dizer, depende um pouco da...

A.G. – A Denise é bem um exemplo de pesquisadora, no caso do Brasil, do que você está dizendo dos pesquisadores portugueses agora: jovens que... No caso, ela vem... O doutorado dela é de história, mas ela tem um diálogo absolutamente interdisciplinar; tem uma bolsa sanduíche, a bolsa sanduíche dela é na França. Então, muito jovens, eles saem. Ela foi também à Suíça. Enfim, ela faz um percurso e muito rapidamente... Porque você estava falando da idade, com 40 e poucos anos, eles estão...

A.P. – Por exemplo, o Francisco Martins é mais velho, mas ele vem e, com o Francisco Martins... Ele vem porque vai trabalhar sobre o corporativismo português, não é?

A.G. – Isso, isso.

A.P. – Mas agora estou a me esquecer de um que depois trabalhou sobre o movimento operário em Santos.

A.G. – Movimento operário em Santos? Fernando.

A.P. – O Fernando. Vem com bolsa sanduíche.

A.G. – Isso.

A.P. – Vários.

A.G. – Hoje... Ele agora... Custou, porque...

A.P. – Já não o vejo há muitos anos.

A.G. – Ele é professor da Unicamp agora, o Fernando.

A.P. – Ah, ele agora está na Unicamp?

A.G. – É. Estou até fazendo um trabalho junto com ele agora.

A.P. – Agora, já não o vejo há anos, mas estive cá.

A.G. – Fernando Teixeira.

A.P. – Exatamente, exatamente. É um politólogo já mais... Porque os politólogos brasileiros, muitos foram para os Estados Unidos.

H.B. – Sim, muito.

A.P. – Muitos foram para os Estados Unidos. A maioria é nos Estado Unidos.

A.G. – O movimento da ciência política é mais, no Brasil, é mais para os Estados Unidos do que para a Europa.

A.P. – Vou buscar para ver. Pois vamos lá agora. Estou tentando me lembrar, porque é uma vergonha, quem é o homem que me convida e que trabalha sobre o Brasil.

A.G. – O brasilianista?

A.P. – Robert Levine.

A.G. – Robert Levine. Eu achei que era...

A.P. – Era este.

A.G. – ...o Levine.

A.P. – O Levine estava ligado a uma revista que era a *Luso-Brazilian Review*...

A.G. – Isso, isso.

C.C. – Exatamente.

A.P. – ...e o Stanley Payne, um historiador que trabalhava sobre o fascismo, com quem eu... E tudo isto...

A.G. – E tinha muita ligação, depois, com a USP, com aquele cara lá da USP. Estou me esquecendo o nome dele. Aquele da história oral que brigou com a gente.

C.C. – José Carlos Sebe Bom Meihy.

H.B. – Bom Meihy. Meu primo.

A.G. – Isso. O Levine era superligado ao Sebe.

C.C. – Você soube o que ele falou para a Bianca? Eu te contei isso?

A.G. – Não.

C.C. – A Bianca, quando foi contratada...

A.G. – Não, é este, o *Entre raízes e radares* [verificando o nome do livro de Denise Rollemberg].

A.G. – Ah! É a tese de doutorado.

A.P. – Este é a tese dela, não é? Ela ofereceu-me agora. Já é de 1999, exatamente.

A.G. – Apresentação... Porque eu fui orientadora dela.

A.P. – Exatamente. Aqui está.

A.G. – Eu gosto muito do livro dela. Não é porque fui orientadora dela, não. É também. Mas é um trabalho que eu acho... Sobre exílio, eu acho que ele é um trabalho importante. Gostei muitíssimo.

A.P. – Eu até queria ver se...

A.G. – Foi um privilégio ter sido orientadora dela, realmente.

C.C. – A Bianca foi participar de uma banca do Sebe, lá. Ele convidou, não sei por quê. Alguma coisa nos Estados Unidos, não sei de quê. Ele convidou para a banca. E ela chegou lá... “Ah, tenho uma novidade, eu acabei de ser contratada como professora pelo Cpdoc”. E ele: “Ah, meus pêsames”.

A.G. – Ele não gosta da gente.



C.C. – Aí a Bianca ficou assim...

A.G. – Ela não sabia de nada, coitada.

C.C. – Ela falou: “Celso, o que eu perdi?! O cara me deu os pêsames!”. Eu falei: “Não, Bianca, deixa eu te explicar quem é essa figura”. Ele mora no Rio agora.

A.G. – Mas depois nós vamos conversar então, hem, António?

A.P. – Vamos.

A.G. – Porque eu ainda vou lhe fazer uma proposta, com o conhecimento aqui do diretor, porque eu ainda queria que você ainda conversasse mais um pouquinho comigo. Mas depois eu te explico. Outra hora. Hoje não.

[FINAL DO DEPOIMENTO]